

DIÁLOGO GLOBAL

12.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Jill Blackmore

Johanna Grubner

Novos movimentos
trabalhistas

Dario Azzellini
Sarah Raymundo
Hiroaki Richard Watanabe
Verna Dinah Q. Viajar

Variedades de
regimes de gênero

Sylvia Walby, Karen Shire,
Mieke Verloo, Heidi Gottfried,
Valentine M. Moghadam,
Ece Kocabıçak, Alba Alonso,
Rossella Ciccia, Emanuela Lombardo,
Roberta Guerrina,
Heather MacRae,
Annick Masselot

Perspectivas
teóricas

Raewyn Connell

Homenagens a
Mona Abaza

Michael Burawoy
Vineeta Sinha
Bryan Turner
Suad Joseph
Paul Amar
Syed Farid Alatas
Sami Zubaida

Sociologia
da Índia

Sujata Patel
Rakesh M. Krishnan
Sneha Gole
Soibam Haripriya
Shireen Mirza

Seção aberta

- > Identificando o feminicídio local e globalmente
- > Racismo e antiambientalismo na política dos EUA

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 12 / EDIÇÃO 1 / ABRIL DE 2022
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

DG



> Editorial

As universidades e a ciência estão passando por mudanças de longo alcance como resultado de sua mercantilização ou quase mercantilização sob a governança neoliberal. Nesta edição do *Diálogo Global*, abordamos esse tópico em nossa seção “Falando de sociologia”. Jill Blackmore tem estudado a profunda reestruturação vivida pelas universidades australianas nas últimas décadas. Nesta entrevista, ela discorre sobre essas reestruturadas, as forças que as impulsionaram e os efeitos que elas têm na produção de conhecimento acadêmico e na justiça epistêmica.

O primeiro simpósio apresenta partes de uma colaboração global de pesquisa sobre diversos movimentos de trabalhadores. Enquanto Dario Azzellini examina o impacto da atual pandemia nos movimentos de trabalhadores em todo o mundo, incluindo aspectos de gênero e raça, Sarah Raymundo explora os traços do colonialismo nas Filipinas e seu impacto contínuo nas lutas sindicais. Hiroaki Richard Watanabe mostra como a desregulamentação e a liberalização da economia japonesa moldaram a organização sindical e os desafios enfrentados hoje pelos trabalhadores. Verna Dinah Q. Viajar examina o desenvolvimento dos sindicatos na Indonésia e seu papel na derrubada do regime de Suharto, considerando fatores políticos e econômicos.

Por um lado, a transformação do capitalismo que vem ocorrendo há mais de cinco décadas afetou os regimes de gênero em muitos países. Por outro lado, profundas mudanças em curso nas relações de gênero, modos de vida e no Estado de bem-estar social têm desafiado a divisão do trabalho, responsabilidades de cuidado, normas e valores em diferentes áreas da vida social. Sylvia Walby e Karen Shire, ambas especialistas em pesquisas teóricas e empíricas sobre a relação entre capitalismo, crise e gênero, organizaram um simpósio sobre as variedades de regimes de gênero. Ele mapeia as diferenças e as semelhanças

nas relações de gênero, arranjos e regimes em diferentes países e lança luz sobre as tendências internacionais do nosso tempo. Também mostra como as variedades do capitalismo e do Estado de bem-estar social estão fortemente entrelaçadas com modos variados de reorganizar e remodelar os regimes de gênero.

A seção “Perspectivas teóricas” continua essa reflexão sobre gênero e sociedade, mas sob uma perspectiva diferente. Raewyn Connell, pioneira e mais renomada representante dos estudos sobre homens, refaz essa linha de pesquisa e analisa como os desenvolvimentos sociais e científicos levaram a novas perspectivas sobre masculinidades.

É com grande tristeza que tomamos conhecimento do falecimento de Mona Abaza, falecida em 5 de julho de 2021. Nesta edição, colegas e amigos de todo o mundo se despedem desta excepcional socióloga.

O foco nacional desta edição, organizado pela proeminente socióloga e teórica social Sujata Patel, oferece uma visão impressionante da sociologia na Índia atual. Acadêmicos jovens e outros já estabelecidos colaboraram para esta seção compartilhando suas reflexões sobre muitas questões importantes, incluindo como seu trabalho de campo sociológico é desafiado por questões como violência, desigualdade ou discriminação.

Em nossa ‘Seção aberta’, iniciamos uma colaboração com a revista *Current Sociology* da ISA. Ian Carrillo, que trabalha com racismo e antiambientalismo nos EUA, e Myrna Dawson, que investiga o feminicídio, aceitaram nosso convite para compartilhar seu trabalho científico com o grande público acadêmico e não acadêmico do *Diálogo Global*. ■

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre,
editores do *Diálogo Global*

> O *Diálogo Global* pode ser encontrado em vários idiomas no [website da revista](#).

> Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com

isa International
Sociological
Association

**DIÁLOGO
GLOBAL**



> Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores assistentes: Raphael Deindl, Johanna Grubner, Walid Ibrahim.

Editores associada: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinka, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Nazanin Shahrokni.

Editores regionais

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchissio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Fatema Rezina Iqbal, Helal Mohiuddin, Mumita Tanjeela, Bijoy Krishna Banik, Sabina Sharmin, Abdur Rashid, M. Omar Faruque, Mohammed Jahirul Islam, Sarker Sohel Rana, Md. Shahidul Islam, A.B.M. Najmus Sakib, Eashrat Jahan Eyemoun, Helal Uddin, Masudur Rahman, Shamsul Arefin, Yasmin Sultana, Syka Parvin, Ruma Parvin, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana, Sharmin Akter Shapla, Md. Shahin Aktar.

Brasil: Gustavo Taniguti, Angelo Martins Junior, Andreza Galli, Dmitri Cerboncini Fernandes, Gustavo Dias, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul, Madiyar Aldiyarov.

França/Espanha: Lola Busuttill.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav, Rakesh Rana.

Indonésia: Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriya, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Sayyed Muhamad Mutallebi, Elham Shushtarizade.

Mundo árabe: (Tunísia) Mounir Saidani, Fatima Radhouani, Habib Haj Salem; (Lebanon) Sari Hanafi.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Irina Elena Ion, Bianca Mihăilă, Alina Alexandra Nițoiu, Ruxandra Păduraru, Ana-Maria Rențea, Maria Vlasceanu.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yu-Wen Liao, Tsung-Jen Hung, Po-Shung Hong, Yi-Shuo Huang, Yun-Yen Shen, Chien-Ying Chien, Yu-Chia Chen.

Turquia: Gül Çorbacioğlu, Irmak Evren.



Nesta entrevista, **Jill Blackmore** discute as profundas reestruturações que as universidades australianas sofreram nas últimas décadas, as forças que as impulsionaram e os efeitos que elas têm na produção de conhecimento acadêmico e na justiça epistêmica.



Este simpósio aborda vários **movimentos e lutas de trabalhadores** em todo o mundo, desde considerações globais até lutas sindicais específicas no Japão, Indonésia e Filipinas.



Os artigos incluídos neste simpósio sobre **variedades de regimes de gênero** discutem novas perspectivas sobre as relações de gênero no nível macro necessário para uma análise global.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Universidades empreendedoras e injustiça epistêmica:
uma entrevista com Jill Blackmore
por **Johanna Grubner, Áustria** 5

> NOVOS MOVIMENTOS TRABALHISTAS

A pandemia da COVID-19 e a luta de classes
por **Dario Azzellini, México** 8

A organização trabalhista militante nas Filipinas
por **Sarah Raymundo, Filipinas** 10

Sindicatos e a desregulamentação do mercado de
trabalho no Japão
por **Hiroaki Richard Watanabe, Japão** 12

A resistência dos trabalhadores indonésios ao regime de
Suharto
por **Verna Dinah Q. Viajar, Indonésia** 14

> VARIEDADES DE REGIMES DE GÊNERO

Os futuros dos regimes de gênero
por **Sylvia Walby, Reino Unido e Karen Shire, Alemanha** 16

Estão surgindo novas variedades de regime de gênero?
por **Sylvia Walby, Reino Unido** 18

Tudo em família: regimes de gênero conservadores
por **Karen Shire, Alemanha** 20

Podemos ver uma transformação do regime de gênero na
Europa?
por **Mieke Verloo, Holanda** 22

Regimes públicos de gênero: divergências convergentes
por **Heidi Gottfried, EUA e Karen Shire, Alemanha** 24

Regimes de gênero, políticas e o sistema-mundo
por **Valentine M. Moghadam, EUA** 26

Os determinantes do Estado patriarcal turco
por **Ece Kocabiçak, Reino Unido** 28

Um regime de gênero do Sul da Europa?
por **Alba Alonso e Emanuela Lombardo, Espanha, e
Rossella Ciccia, Reino Unido** 30

Uma crise longe demais? Regime de gênero da UE pós-
COVID
por **Roberta Guerrina, Reino Unido, Heather MacRae,
Canadá e Annick Masselot, Nova Zelândia** 32

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

Brincando com fogo: a sociologia das masculinidades
por **Raewyn Connell, Austrália** 34

> IN MEMORIAM

Homenagens a Mona Abaza (1959-2021)
por **Michael Burawoy, Vineeta Sinha, Bryan Turner, Suad
Joseph, Paul Amar, Syed Farid Alatas e Sami Zubaida** 37

> SOCIOLOGIA DA ÍNDIA

Novos rumos na sociologia indiana
por **Sujata Patel, Suécia** 40

Desconstruindo geografias tribais na Índia Central
por **Rakesh M. Krishnan, Índia** 42

Interseccionalidades feministas: novas abordagens
por **Sneha Gole, Índia** 44

Campos tensionados: fazendo sociologia em locais
violentos
por **Soibam Haripriya, Índia** 46

Estigma e trabalho de castas na Índia urbana
por **Shireen Mirza, Índia** 48

> SEÇÃO ABERTA

Lacunas de dados impedem a identificação e a prevenção
do feminicídio
por **Myrna Dawson, Canadá** 50

Racismo e antiambientalismo na política dos EUA
por **Ian Carrillo, EUA** 52

“A violência é um quarto domínio institucional ao lado da
economia, política e sociedade civil?”

Sylvia Walby e Karen Shire

> Universidades empreendedoras e injustiça epistêmica: uma entrevista com Jill Blackmore



Jill Blackmore, PhD, é Professora de educação da cadeira Alfred Deakin, da Faculdade de Artes e Educação da Universidade de Deakin, Austrália, e bolsista da Academia de Ciências Sociais. Ela pesquisa – sob uma perspectiva feminista – globalização, governança, políticas escolares e de ensino superior; educação internacional e intercultural; liderança e mudança organizacional; avaliação educacional e justiça epistêmica; redesenho espacial, pedagogias inovadoras; e a obra de professores e acadêmicos. Seus projetos recentes se concentraram nos temas: mobilidade, identidade, pertencimento e conectividade de estudantes internacionais; atitudes de empregadores em relação a pós-graduados na China e na Índia; e reforma para a autonomia escolar. Um projeto anterior será publicado em *Disrupting Leadership in Entrepreneurial Universities: Disengagement and Diversity in Higher Education* (Bloomsbury, 2022). A Prof^a Blackmore esteve em comitês consultivos e autoridades estatutárias

relacionadas à educação, equidade de gênero e política de diversidade. Ela forneceu assessoria política para a OCDE, governos e organizações privadas e profissionais, e desenvolveu modelos de avaliação. Também é ex-diretora inaugural do *Deakin Center for Research in Educational Futures and Innovation*, presidente da *Australian Association of Research in Education*, e atualmente vice-presidente da *Australian Association of University Professors*.

Aqui ela é entrevistada por **Johanna Grubner**, pesquisadora de doutorado na Universidade Johannes Kepler, Linz, Áustria, e editora assistente do *Diálogo Global*.

Jill Blackmore.

JG: Você tem estudado a profunda reestruturação que as universidades australianas sofreram nos últimos 30 anos. Quais foram essas reestruturações, que forças as impulsionaram e que efeitos tiveram na produção do conhecimento acadêmico?

JB: Os governos australianos e internacionais têm procurado vincular fortemente as universidades às economias nacionais, começando na Austrália com a unificação do setor em 39 universidades após 1990. Novas abordagens de administração pública e políticas neoliberais que promovem mercados passaram a circular amplamente nas nações anglófonas e se infiltravam nas universidades. Ao longo de três décadas, as universidades em todo o mundo experimentaram os processos de internacionalização, gerencialismo, mercantilização, financeirização e, agora, datificação possibilitada pela digitalização. Vice-Chanceleres e Reitores acumularam poder executivo significativo por meio da reestruturação em série e substituíram Reitores e Diretores de Escolas eleitos por nomeação desde a década de 1990. Ao mesmo tempo, os níveis superiores da alta administração se expandiram exponencialmente, com base na afirmação de que as universidades precisam ser ágeis em resposta às mudanças geopolíticas e à volatilidade das políticas públicas. As universidades são financiadas para o ensino com base no número de alunos em cursos específicos. Devido ao financiamento reduzido do governo, as universidades australianas dependem cada vez mais de estudantes internacionais para obter renda discricionária,

levando a investimentos consideráveis em *marketing* e subsídios cruzados de pesquisa oriundos do ensino.

A reestruturação organizacional tem sido vista como a solução para melhorar a eficiência e eficácia, mas nunca foi avaliada quanto aos seus efeitos. A centralização do poder gerencial em relação às políticas e orçamentos deixou de lado as práticas colegiadas de governança acadêmica, com os Conselhos Acadêmicos relegados a responsabilidade apenas pela garantia de qualidade. Um desencanto significativo é expresso pelos acadêmicos com as altas cargas de trabalho e a falta de um lugar na tomada de decisões. A flexibilidade institucional foi alcançada por meio da precarização da força de trabalho acadêmica e das altas cargas de ensino. Isso afetou particularmente as mulheres, que são mais frequentemente contratadas e concentradas nos níveis mais baixos da força de trabalho acadêmica. Juntamente com a introdução da avaliação da pesquisa em 2010, o efeito abrangente dessas tendências na produção de conhecimento é: o que pode ser contado (por exemplo, métricas) ou comercializado é mais valorizado. As práticas acadêmicas foram, portanto, moldadas pela quantificação e pelo foco em resultados mensuráveis e imediatos.

JG: Você poderia falar sobre os efeitos da transformação de uma universidade abrangente para uma universidade empreendedora, particularmente para as acadêmicas e para a produção de conhecimento feminista?



JB: À medida que o foco da política mudou da capacitação em pesquisa na década de 1990 para qualidade e excelência na década de 2000 com classificações globais e avaliação de pesquisa, os Vice-Chanceleres procuraram tornar cada universidade distinta priorizando o ensino e a pesquisa, levando a uma maior diferenciação entre e dentro das universidades australianas. Isso produziu uma mudança de uma universidade abrangente para uma universidade empreendedora focada em parcerias com a indústria, governo e filantropos. O mercado de pós-graduação também entrou em colapso com a desregulamentação e vários novos provedores privados de ensino superior competindo *online* e *offline* e oferecendo micro-credenciais – cursos mais curtos e baratos nos nichos de mercado lucrativos.

Vendo as universidades como locais progressistas, governos socialmente conservadores iniciaram as guerras culturais contra o multiculturalismo, feminismo e reconciliação indígena na década de 1990, alimentados pelos meios de comunicação populistas de Murdoch e pelos comentaristas de extrema direita. Governos socialmente conservadores exploraram uma sensibilidade cultural na Austrália favorecendo atitudes instrumentalistas em relação à educação, com políticas nacionais focadas em ciência, tecnologia, engenharia, matemática e medicina (STEMM). Ignorando os dados do governo, eles argumentam que as ciências humanas e sociais (HASS) não têm valor vocacional.

O efeito de múltiplas reestruturações e ideologias políticas foi generificado, produzindo uma injustiça epistêmica. Primeiro, porque as faculdades da HASS onde as mulheres estão concentradas foram amalgamadas, reduzindo assim a representação da HASS no nível de tomada de decisão executiva. Em segundo lugar, as universidades direcionaram o dinheiro para os cursos do STEMM, por padrão, se não com intenção, desviando os recursos do HASS. Terceiro, mesmo quando as mulheres chegam à alta gerência, o padrão nacional é que os portfólios de pesquisa do Vice-Chanceler (DVC) sejam dominados por homens, quase sempre do STEMM, e os portfólios de ensino e aprendizagem DVC, ou trabalho doméstico, sejam dominados pelas mulheres. Finalmente, as crescentes demandas de carga de trabalho e os crescentes obstáculos necessários para se tornar um professor pesquisador têm um impacto maior sobre as mulheres, particularmente no STEMM, que, na Austrália, continuam a arcar com o fardo da família, trabalho e cuidados sem cuidados infantis universais. O efeito geral estrutural e cultural é de gênero em termos de quais conhecimentos são valorizados (injustiça epistêmica) e como as carreiras acadêmicas das mulheres são moldadas. A falta de diversidade étnico-racial da liderança universitária nunca é mencionada na política ou na gestão universitária, apesar da diversidade cultural das populações acadêmica, estudantil e australiana.

JG: Você pode falar um pouco mais sobre que tipos de formas estruturais e políticas de injustiça epistêmica são produzidas nas universidades empreendedoras australianas e suas consequências?

JB: A lógica empreendedora significa que o conhecimento é valorizado apenas em sua capacidade de ser quantificado e, possivelmente, ser comercializado. Essa lógica de quantificação resulta em injustiça epistêmica. Primeiro, porque ignora as condições sociais e materiais da produção do conhecimento – as relações sociais de colegialidade e colaboração, o trabalho emocional de ensinar e pesquisar e o trabalho doméstico reprodutivo que sustenta esse trabalho. Em segundo lugar, tem como premissa o contratualismo de mercado, que negligencia essas relações através das quais o conhecimento é produzido (colegialidade). Terceiro, essa lógica assume que a inovação é apenas aquilo o que pode levar a um processo ou produto, e trata as relações econômicas como se fossem distintas das relações sociais ao invés de depender delas. O empreendedorismo, portanto, alimenta uma política de gênero conservadora e tóxica que desvaloriza o trabalho acadêmico que se concentra no social e no relacional. Isso é perigoso para as democracias, já que os governos socialmente conservadores, mas neoliberais, na Austrália, têm sido antagônicos ao setor universitário em um momento de pós-verdade, quando o conhecimento e a ciência estão sendo desafiados não apenas pelos teóricos da conspiração, mas também pelos governos.

JG: Falando da postura antagônica dos governos conservadores e neoliberais em relação ao setor universitário, nas crises recentes – e na pandemia global em particular – observa-se, por um lado, uma desconexão marcante entre o conhecimento e a pesquisa sociocientífica e, por outro lado, respostas políticas e sociais a essas crises. Quais são as circunstâncias observadas na Austrália nesta área e quais são os desenvolvimentos recentes?

JB: Indicando viver sob uma democracia forte, durante a pandemia os australianos mostraram uma disposição coletiva em aceitar a perda temporária de direitos para o bem público; perceberam e valorizaram os benefícios da rede de segurança dos sistemas científico e de saúde. O problema reside no fracasso dos governos conservadores (e Vice-Chanceleres), bem como na sensibilidade australiana em reconhecer o valor cultural, político e econômico do HASS, muitas vezes igualando a ciência ao STEMM. No entanto, tanto a pandemia quanto a crise climática destacam a importância do HASS. Em primeiro lugar, as Academias de Ciências Sociais e Humanas fizeram parte dos Fóruns de Resposta Rápida (no modelo de painel de especialistas) criados pelo Cientista-Chefe para assessorar o Gabinete Nacional. Em segundo lugar, o papel do HASS ficou evidente nas práticas comunicativas do Estado e das lideranças indígenas para gerenciar os surtos de Covid. A pesquisa sociopsicológica foi fundamental para entender as respostas individuais e coletivas à pandemia, assim como a análise política, econômica e social crítica feita por jornalistas e acadêmicos monitorando e debatendo os efeitos sobre os direitos e responsabilidades humanos. Apesar disso, enquanto o governo federal neoliberal tomou medidas econômicas sem precedentes para apoiar empresas e indivíduos, ele continuou sua guerra ideológica contra a HASS, excluindo universidades e as artes do apoio



federal, dizendo a 500.000 estudantes internacionais que voltassem para casa se não pudessem se sustentar. Além disso, introduziu uma legislação para tornar as disciplinas HASS mais caras e os cursos profissionalizantes menos caros, enquanto reduziu o financiamento per capita das universidades.

Politicamente, o primeiro-ministro (PM) foi forçado pelos primeiros-ministros estaduais a aceitar bloqueios e fechamentos de fronteiras estaduais para controlar surtos de vírus, o que contribuiu significativamente para o capital político dos primeiros-ministros estaduais na posição de lideranças, em contraste com o fracasso do primeiro-ministro em recomendar a quarentena e a vacinação. Os primeiros-ministros estaduais estiveram ao lado dos chefes de saúde em coletivas de imprensa diárias para fornecer evidências e políticas de especialistas. A legitimidade da ciência foi restabelecida quando epidemiologistas, cientistas e comentaristas científicos se tornaram celebridades. No final, embora fossem os setores mais afetados financeiramente, os setores de artes e hospitalidade foram cruciais – no ambiente online de confinamento – para a saúde mental e agora para a retomada. Em outro paradoxo, o PM está confiando na tecnologia como solução para reduzir as emissões de carbono, sem aumentar os fundos de pesquisa e desenvolvimento para as universidades.

JG: Recentemente, você tem se manifestado contra a situação que as universidades australianas – funcionários e estudantes – estão enfrentando durante as restrições governamentais do COVID-19. Quais são seus principais pontos de crítica e quais preocupações você tem sobre esses desenvolvimentos e seus possíveis efeitos no futuro da academia?

JB: Os governos australianos e os governos recentes da Coalizão, em particular, têm sido descuidados com as universidades. Eles trataram as universidades como fontes de renda (os serviços de educação foram a terceira maior exportação em 2019) em vez de investir nas universidades como produtoras de conhecimento e centrais para as democracias enquanto crítica e consciência. Quando os fluxos de estudantes internacionais foram interrompidos, a pandemia expôs a vulnerabilidade das universidades australianas resultante do subfinanciamento, dependência de estudantes internacionais para pesquisa, volatilidade das políticas, mudança na geopolítica do Indo-Pacífico e ascensão da China. As respostas do VC foram explorar a oportunidade de reestruturar (muitas vezes usando consultores de gestão), demitindo 40.000 funcionários, acadêmicos e profissionais, em 18 meses (20% da força de trabalho) e não renovaram contratos temporários que constituíam 66% de todos os funcionários. Cursos HASS, em particular, foram fechados (por exemplo, letras, sociologia). Os acadêmicos já haviam perdido a confiança na gestão universitária devido à precariedade do emprego, altas taxas de relação alunos-funcionários, sobrecarga administrativa, falta de financiamento à pesquisa, gerencialismo, corporatização da governança, privação de poder de decisão e investimento arriscado na construção e nos mercados financeiros. Essa desconfiança foi convertida em raiva pela ação coletiva emergente, por exemplo, através

da formação da *Australian Public Universities Coalition*. Os acadêmicos veem que a distinção da universidade em relação aos provedores de ensino privado e empresas de consultoria está ameaçada. Vários provedores estão oferecendo micro-credenciais mais baratas e empresas multinacionais estão investindo em treinamento enquanto se beneficiam da terceirização de pesquisas e consultorias do governo. O esvaziamento do ensino superior levará décadas para se recuperar em um momento em que vários desafios exigem novos conhecimentos, criatividade e inovação para informar a transformação social e econômica para futuros sustentáveis.

JG: Na sua opinião, qual poderia ser o ponto de partida para melhorar a situação das universidades australianas para funcionários e estudantes e fortalecer o papel das universidades na sociedade? Onde estão os principais pontos de articulação para alcançar uma mudança positiva?

JB: Uma questão-chave é como mudar a sensibilidade cultural australiana para perceber a importância das universidades e do HASS para o futuro cultural, social e político da Austrália. Isso significa educar a população e o governo no sentido de mostrar que as universidades são singulares porque fazem mais do que apenas tomar os formados “prontos para o emprego”. Os Vice-Chanceleres desperdiçaram a oportunidade (ou faltou vontade coletiva) de liderar debates sobre a importância das universidades para as democracias ou de convencer os governos de que a pesquisa universitária é fundamental para a transição em direção a um futuro sustentável.

Internamente, os gestores universitários precisam reconquistar a confiança de seus funcionários, proporcionando emprego e ambiente de trabalho seguros. A governança compartilhada se basearia na experiência de acadêmicos atualmente ignorados pela administração. Exige representação acadêmica na gestão e nos principais painéis de seleção; um corpo acadêmico independente para informar e encorajar o debate crítico; acordos industriais que protegem e não restringem a liberdade acadêmica e as condições de trabalho; processos colaborativos de tomada de decisão que facilitam o feedback significativo e não a consulta simbólica; e planos estratégicos e orçamentos orientados para a equidade e para o ambiente. As universidades também são obrigadas a oferecer uma educação abrangente às suas comunidades locais porque são centrais para as economias urbanas e regionais. Uma maior especialização e diferenciação entre as universidades reduzirá as oportunidades dos alunos que já lutam para acessar e permanecer na universidade devido à distância e aos custos. Uma boa universidade reconheceria a multiplicidade de conhecimentos e a importância do HASS para ambientes de aprendizagem e democracias sustentáveis e inclusivos. Ela promoveria a inovação social baseada em um contratualismo social ou relacional (e não de mercado) que valoriza as relações (colegialidade) como o cerne do ser e do fazer nas universidades e sociedades. ■

Contato com Jill Blackmore <jillian.blackmore@deakin.edu.au>

> A pandemia da COVID-19 e a luta de classes

por **Dario Azzellini**, Universidade Autônoma de Zacatecas, México



Trabalhadores agrícolas no vale de Yakima, EUA, em greve por ambientes de trabalho mais seguros contra a COVID em 18 de maio de 2020. Crédito: página do Facebook Familias Unidas por La Justicia, Edgar Franks.

As crises sob o capitalismo tendem a aumentar as desigualdades existentes. Isso também é uma consequência da gestão da pandemia da COVID-19. A renda global do trabalho diminuiu cerca de 10,7% (ou US\$ 3,5 trilhões) nos primeiros nove meses de 2020 em comparação com o ano anterior. Enquanto isso, a riqueza total combinada dos mais de 2.200 bilionários oficiais em todo o mundo cresceu de US\$ 9,5 trilhões em 31 de dezembro de 2019 para cerca de US\$ 11,4 trilhões um ano depois. Estudos em todo o mundo confirmam que pessoas pobres e da classe trabalhadora correm um risco maior de serem infectadas e hospitalizadas devido à COVID-19, e que populações negras, indígenas e da classe trabalhadora racializada apresentam taxas desproporcionais de infecção e mortalidade pelo vírus.

> Lutas ligadas à pandemia

Pessoas e comunidades da classe trabalhadora se uniram globalmente “por causa” e “apesar” da pandemia. Greves e protestos têm ocorrido em setores que foram particularmente afetados pelo aumento da pressão operacional e do risco de infecção devido à pandemia, e que já eram caracterizados por más condições de trabalho e baixos salários: saúde e enfermagem, estoques, logística, entregas, transporte de passageiros e produção de alimentos – especialmente processamento de carne e agricultura.

O setor de saúde, um dos principais alvos das políticas de austeridade neoliberal por décadas, tem visto greves

em todo o mundo, das Américas e Europa à Ásia e África. A força de trabalho no setor de saúde é principalmente feminina. Especialmente no caso dos enfermeiros, os baixos salários e o alto risco têm uma dimensão de gênero e raça. Greves aconteceram também no setor de transporte público. Greves auto-organizadas de motoristas ocorreram em várias cidades dos EUA. Em Bruxelas, em maio de 2020, trabalhadores do transporte público realizaram uma greve depois que o sindicato chegou a um acordo com a administração sem o consentimento deles. Trabalhadores do sistema metroviário da Cidade do México, Medellín e Santiago do Chile e das ferrovias japonesas também entraram em greve. Na Alemanha, o sindicato ver.di fez uma série de greves nos transportes públicos urbanos. A Itália e a Grécia enfrentaram greves no setor de transporte público e privado para garantir o aumento dos salários e a proteção do emprego. As lutas dos trabalhadores na indústria de alimentos começaram no setor de processamento de carne na Europa Ocidental e nos EUA, onde a força de trabalho é predominantemente imigrante e as taxas de infecção eram muito altas. Na Itália, Espanha e EUA, trabalhadores agrícolas imigrantes entraram em greve. Seguiram-se greves no setor de varejo de alimentos em vários países. No setor de distribuição e logística da Austrália e EUA, foram realizadas greves nos primeiros dias da pandemia tendo em vista aumentar as medidas de proteção. Na Itália, todas as empresas de logística e armazéns, incluindo Amazon, TNT, DHL e UPS, sofreram greves e ausências massivas de funcionários. Trabalhadores de entrega de alimentos na Itália entraram em greve várias vezes durante a pandemia. Um tribunal

>>

forçou as empresas a contratar todos os 60.000 trabalhadores que entregam comida de bicicleta como trabalhadores dependentes com benefícios.

> Lutas apesar da pandemia

Também ocorreram greves e lutas dos trabalhadores sem ou com pouca conexão com a pandemia. Conflitos trabalhistas tomaram conta das fábricas em que houve demissões em massa ou mesmo o fechamento permanente. Na siderúrgica holandesa IJmuiden, de propriedade da indiana Tata Steel, os trabalhadores fizeram uma greve que durou mais de três semanas, impedindo a demissão de 1.000 dos 9.000 trabalhadores e garantindo uma garantia de emprego até 2026. Na Índia, em dezembro de 2020, uma greve em massa ocorreu em resposta aos planos governamentais de desregulamentação massiva das relações trabalhistas e a privatização dos grandes setores públicos. Cerca de 250 milhões de trabalhadores dos setores público e privado entraram em greve. Desde setembro de 2020, na Índia agricultores têm protestado contra novas leis que favorecem investidores privados e corporações. Depois que os agricultores invadiram Déli em janeiro de 2021, o governo suspendeu as leis por 18 meses. No contexto das pechinchas do Prime Day, em outubro de 2020, os trabalhadores da Amazon na Alemanha, Espanha e Polônia entraram em greve por melhores salários. Seguiu-se uma série de greves de vários dias em páginas da Amazon em toda a Alemanha. No porto de Bilbao, no País Basco, os 300 estivadores de diversas empresas entraram em greve por 55 dias até que as empresas aceitassem várias de suas demandas – incluindo o limite máximo de 1.826 horas de trabalho por ano, pausas no trabalho e em feriados.

Uma variedade de revoltas populares da classe trabalhadora também aconteceu ou continuou durante a pandemia. Os protestos contra o regime golpista ditatorial na Bolívia forçaram novas eleições e trouxeram de volta ao poder o MAS (Movimento ao Socialismo), que havia sido derrubado pelo golpe. Nos EUA, o principal sindicato AFL-CIO não respondeu adequadamente à revolta multirracial da classe trabalhadora liderada por negros a partir de maio de 2020. No entanto, somente em maio e junho, mais de 600 paralisações ou greves ocorreram em solidariedade ao Vidas Negras Importam. Motoristas de ônibus se recusaram a transportar manifestantes para a prisão. A *International Longshore and Warehouse Union* (ILWU), que é 65% negra, fechou portos na costa do Pacífico dos EUA por quase nove minutos em 9 de junho de 2020, dia do funeral de George Floyd. Em 19 de junho, feriado que comemora o fim da escravidão nos EUA, o ILWU fez uma greve completa de oito horas em todos os 29 portos da Costa Oeste. Em 20 de julho, sindicatos e movimentos, incluindo o ILWU, *United Farm Workers* e a *National Domestic Workers Alliance*, fizeram parceria com

o Vidas Negras Importam para organizar a *Greve pelas Vidas Negras* em mais de 25 cidades.

> Novos locais de ação trabalhista

O *Payday Report* concluiu que durante a pandemia em 2020 os EUA viram sua maior onda de greves desde 1946. De acordo com o Departamento de Estatísticas dos EUA, 2020 foi – além de 2009 – o ano com o menor número de greves industriais. No entanto, este último contabiliza apenas disputas envolvendo 1.000 ou mais trabalhadores em um local de trabalho, ignorando as mudanças na estrutura produtiva. A nova agitação trabalhista vem explicitamente das margens, de setores antes desorganizados, de novos sindicalistas, em condições de trabalho que aplicam métodos além daqueles considerados como de “atividade industrial”.

Durante a pandemia da COVID-19, como nos anos anteriores, as lutas dos trabalhadores tendiam a começar com lutas auto-organizadas e os sindicatos com organização de chão de fábrica. As lutas do chão de fábrica podem responder de maneira mais rápida e flexível. Os sindicatos tradicionais evitavam, em sua maioria, promover as greves ativamente, e quando se envolviam, quase sempre ocorriam por pressão da base. O neoliberalismo e as mudanças na produção minaram significativamente os antigos modelos de organização, mas novas lutas e estruturas organizacionais estão surgindo globalmente. A fraqueza do movimento trabalhista ainda não deve ser negligenciada, no entanto. Na maioria dos contextos, as ações ficam muito aquém do que seria necessário para realmente mudar o equilíbrio de poder em favor do trabalho. No entanto, as mobilizações dos trabalhadores durante a pandemia demonstram que a suposição de que classe não é mais uma categoria relevante está errada. Além disso, a evidente vulnerabilidade das cadeias de suprimentos globais aumenta novamente o poder estrutural dos trabalhadores nas indústrias manufatureiras globalizadas.

A interrupção dos lucros em grande escala continua sendo a ferramenta mais poderosa que a classe trabalhadora possui. Nesse contexto, a relação entre produção e reprodução deve ser repensada, assim como a questão da luta de classes e de quem a realiza. Os trabalhadores imigrantes constituem uma parte significativa da nova classe trabalhadora nos centros capitalistas. Gênero e “raça” não substituem a classe nem a contradizem – eles devem ser integrados na análise do capitalismo e das hierarquias de exploração. Em sua análise das lutas de classes travadas pelas mulheres, Paola Varela faz uma observação crucial: “o local de trabalho não é tomado como um espaço setorial, mas como uma posição de poder [...] que poderia servir como catalisador e fortalecer as reivindicações da classe trabalhadora como um todo”. ■

Contato com Dario Azzellini <da483@cornell.edu>

> A organização trabalhista militante nas Filipinas

por **Sarah Raymundo**, Universidade das Filipinas, Diliman, colunista do *Bulatlat.com* e organizadora da Liga Internacional de Luta dos Povos (ILPS)



Uma manifestação de ativistas do Sindicato dos Trabalhadores “Kilusang Mayo Uno” (KMU) nas Filipinas. Crédito: KMU.

A vitória da Revolução Filipina de 1896 contra a Espanha, após quase 400 anos de colonização desta última, foi sabotada pelo imperialismo norte-americano. A transferência de países que se encontravam sob o domínio do império espanhol – Filipinas, Cuba, Guam e Porto Rico – para os Estados Unidos foi legitimada pelo Tratado de Paris de 1898; os EUA pagaram à Espanha US\$ 20 milhões como “compensação”. Isso marcou o fim do império espanhol e a continuação da colonização das Filipinas pelo imperialismo estadunidense, um projeto definido pela construção de instituições neocoloniais e genocídio. O resultado foi um subdesenvolvimento econômico persistente que ainda mantém a economia orientada para a exportação e dependente de importações com um enorme exército industrial de reserva.

> **Kilusang Mayo Uno, o Movimento Primeiro de Maio de Maio**

Nesse contexto, as campanhas econômicas, tais como os aumentos salariais e os esquemas de contratualização, devem ser vistas e elevadas à condição de lutas políticas.

O *Kilusang Mayo Uno* (KMU/Movimento Primeiro de Maio) foi fundado em 1º de maio de 1980 com os seguintes objetivos: 1) reunir e representar organizações de trabalhadores progressistas que defendiam campanhas antifascistas sob a Lei Marcial; 2) organizar e consolidar as organizações operárias progressistas rumo aos objetivos da luta democrática nacional contra o imperialismo estadunidense.

No ano de 2018, KMU apresentou uma adesão oficial de 115.000 à Confederação Sindical Internacional (ITUC). Seu atual trabalho sindical político-econômico envolve uma organização sólida e local em Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), comunidades urbanas pobres, *call centers* e hospitais privados; a formação de amplas alianças com outros trabalhadores por salários e contra a tirania; e o fornecimento de um amplo centro de campanha para questões trabalhistas populares em meio à pandemia de COVID-19. A KMU se apegua ao princípio da aliança camponês-trabalhadora como uma força chave na luta pela libertação nacional, mostrando, assim, como o trabalho no Sul Global sempre teve que lutar contra a subtração violenta do imperialismo.

>>

Dentre a população filipina de 108 milhões, aproximadamente 3,9 milhões (3,6%) são trabalhadores industriais, o que inclui trabalhadores de manufatura, construção, empresas de exportação e outros assalariados. Desde 2017, a KMU se organizou para lutar contra o fenômeno da contratualização e a crescente semiproletarização do trabalho filipino. Este último impulsionou a capacidade de organização da KMU para chegar às comunidades pobres urbanas e rurais onde há assalariados irregulares (10,4 milhões) e não assalariados (6,3 milhões), como vendedores e demais trabalhadores informais.

> Locais e modalidades de trabalho nas Filipinas

A classe dos camponeses sem-terra tem sido a força de trabalho de reserva e os verdadeiros trabalhadores agrícolas de empreendimentos agroindustriais estrangeiros. Desterrados, tais agricultores povoam a cidade e trabalham como força de trabalho contratual em fábricas locais e ZPEs multinacionais. Uma política rígida de contratualização conduz à precarização do trabalho e dessindicalização do local de trabalho. Outros, que não conseguem encontrar emprego, entram na economia informal.

A ausência de uma base industrial, que é fonte do desemprego nas Filipinas, também abriu caminho para duas modalidades de trabalho que respondem à demanda do capital global por força de trabalho barata voltada à prestação de serviços na forma do trabalho terceirizado e exportado.

A primeira dessas modalidades é o trabalho terceirizado. As Filipinas são indiscutivelmente a “capital de *call center*” do mundo – superando a Índia, rival mais próximo – com 16% a 18% da participação no mercado global. Existem 851 empresas de terceirização de processos de negócios (BPO, sigla em inglês) registradas no país; mais da metade delas são *call centers* (429), e uma grande parte das outras são empresas que fornecem serviços relacionados à Tecnologia de Informação (TI) (400 ou 46,2%). O restante são empresas de transcrição médica e produtoras de filmes de animação e desenhos animados. Enquanto uma semicolônia dos EUA, as Filipinas fornecem 65% de seus serviços terceirizados ao seu “senhor imperialista”; elas também atendem clientes da Europa, Austrália e Nova Zelândia. Os dados mais recentes demonstram haver um total de 675.600 trabalhadores na indústria de BPO. Apelidada pelo governo como a “indústria dourada” do país, o trabalho filipino neste setor é obrigado a seguir o horário de trabalho de acordo com o fuso horário do cliente.

A segunda modalidade é a exportação de força de trabalho, que tem sido a solução paliativa do Estado filipino e a política central até o presente. Os trabalhadores

filipinos no exterior (TFE) são os maiores ganhadores de dólares e impulsionadores do PIB. Um relatório do Banco Mundial de 2018 revela que somente em 2017, as Filipinas arrecadaram Php 1,72 trilhão (US\$ 32,6 bilhões) por meio das remessas dos TFE.

> Ligando as lutas dos trabalhadores e o anti-imperialismo

Com a mudança de panorama do trabalho filipino desde a Lei Marcial de Marcos, organizar os trabalhadores também significou abordar as principais consequências de um sistema imperialista para os trabalhadores do Sul Global. Dentre elas, a manutenção da força de trabalho filipina barata devido às hierarquias salariais baseadas em trocas globais desiguais. Outra consequência é a intensificação da produção de um grande exército de desempregados na periferia, o que resultou na crescente semiproletarização do trabalho filipino. Isso explica a união entre o capital estrangeiro e o interesse do comprador doméstico definindo as relações trabalhistas. A semiproletarização, como acontece nas Filipinas, é um processo no qual os trabalhadores são forçados por um sistema imperialista a sobreviver por meio de trabalho não assalariado, irregular e contratualizado.

Isso faz das comunidades urbanas e rurais locais de trabalho concentrado onde políticas de classe anti-imperialista devem ser cultivadas. O KMU atende as pessoas onde elas estão com o objetivo de transformar coletivamente as dimensões sociais, políticas e econômicas da vida da comunidade até o restante da nação. Ele organiza as famílias de motoristas de jipe e trabalhadores informais onde moram. Ao apoiar criativamente a formação de organizações de trabalhadores em *call centers*, a KMU aborda as mais recentes formas de arbitragem salarial na terceirização de processos de negócios.

Uma lição fundamental a ser aprendida com o KMU em seus 40 anos de luta é que o sindicalismo em uma semicolônia não pode fazer uma escolha conveniente entre luta econômica ou política. Nesse sentido, o papel do Estado é crucial. Ele auxilia a transformação do que seria, de outro modo, uma luta econômica restrita entre trabalhadores e capitalistas dentro de um determinado local de produção para um locus de luta política globalizada em que a tese leninista do Estado enquanto um instrumento de exploração dos oprimidos é confirmada. Nesse contexto, os sindicatos do Sul Global como o KMU só podem ser militantemente anti-imperialistas e internacionalistas em sua luta histórica para libertar o trabalho das garras do capital global. A luta deles é a da classe trabalhadora anti-imperialista e antifascista, inseparavelmente ligada ao apelo por uma livre redistribuição de terra e industrialização nacional em direção a um futuro socialista brilhante. ■

Contato com Sarah Raymundo
<sarahraymundo1976@gmail.com>

> Sindicatos e a desregulamentação do mercado de trabalho no Japão

por **Hiroaki Richard Watanabe**, Universidade Ritsumeikan, Japão



Protesto “Chega de karoshi” (mortes por excesso de trabalho) em Shimbashi, Japão, em 2011. Crédito: Trabalho próprio de Nesnad, CC BY-SA 4.0.

O Japão sofre com a estagnação econômica desde o colapso da bolha econômica do início dos anos 1990. As empresas japonesas também experimentaram uma intensificação da competição econômica de países vizinhos do Leste Asiático. Em resposta à demanda dos empregadores por maior flexibilidade do mercado de trabalho para lidar com essa situação, o governo do Partido Liberal Democrático (LDP, sigla em inglês) implementou uma desregulamentação do mercado de trabalho desde a década de 1990, aumentando sua tendência autoritária no processo de formulação de políticas. A fim de implementar a desregulamentação neoliberal do mercado de trabalho, o governo do LDP excluiu os sindicatos do processo de formulação de políticas em vários conselhos ministeriais.

> A desregulamentação neoliberal do mercado de trabalho

A respeito da desregulamentação do emprego não regular, a emenda de 1999 à Lei da Agência de Trabalho Temporário liberou o trabalho temporário, permitindo que os empregadores o utilizassem amplamente, com apenas poucas exceções (como a manufatura). A emenda de 2003 permitiu que os empregadores usassem trabalho

temporário inclusive no setor manufatureiro. Dada a sua importância na economia japonesa, esta alteração foi significativa. Mais recentemente, a emenda de 2015 permitiu que os empregadores fizessem uso do trabalho temporário sem limite de tempo desde que mudassem de trabalhadores temporários a cada três anos.

Em razão da implementação da desregulamentação neoliberal do mercado de trabalho, o número de trabalhadores não regulares aumentou; a porcentagem atual de trabalhadores não regulares entre o total de trabalhadores é de quase 40%. A segurança empregatícia deles é baixa, como se observa nas muitas demissões durante a crise financeira global em 2007-8 e, mais recentemente, durante a pandemia de coronavírus. Suas condições de trabalho são precárias, caracterizadas por baixos salários, acesso insuficiente à seguridade social etc.

Apesar de os trabalhadores regulares serem mais protegidos, suas condições de trabalho tornaram-se mais precárias em termos de salários, horas de trabalho e assim por diante. Por exemplo, o governo do LDP relaxou as regras de jornada de trabalho expandindo o uso do “trabalho discricionário” com as emendas de 1998 e 2003 à Lei

>>

de Normas Trabalhistas. Trabalhadores regulares nesta categoria possuem liberdade sobre como gastar as horas de trabalho, mas não têm direito a qualquer pagamento de horas extras, exceto quando trabalham nos finais de semana, feriados nacionais e tarde da noite. Ainda que supostamente esses trabalhadores regulares devam ter autonomia laboral em termos de alocação de horas de trabalho, isso geralmente não acontece. Pelo contrário, a expansão do trabalho discricionário permitiu que os empregadores utilizassem trabalhadores regulares com mais flexibilidade e pagassem salários mais baixos.

Mais recentemente, o governo do LDP introduziu o “trabalho altamente profissional” na Reforma do Modelo de Trabalho de 2018. O trabalho altamente profissional é uma desregulamentação adicional das regras relativas à jornada de trabalho, e os trabalhadores regulares dessa categoria não possuem direito ao pagamento de horas extras em nenhuma circunstância. Por mais que a Reforma do Modelo de Trabalho também tenha estabelecido o limite máximo legal de horas extras, esse limite ainda é alto (em média, 80 horas por mês em seis meses), e é improvável que reduza significativamente o número de *karoshi* (morte por excesso de trabalho) e *karo jisatsu* (suicídio devido a problemas de saúde mental causados por excesso de trabalho). Os trabalhadores regulares também estão sob a ameaça contínua de serem substituídos por um número crescente de trabalhadores não regulares. Isso permitiu que os empregadores pressionassem os trabalhadores regulares para trabalhar mais em condições precárias.

> Os sindicatos e a desregulamentação

A desregulamentação neoliberal do mercado de trabalho realizada pelo governo do LDP também minou o poder dos sindicatos ao aumentar o número de trabalhadores não regulares, já que é mais difícil para os sindicatos organizarem trabalhadores não regulares. Isso contribuiu para o declínio da densidade sindical, que atualmente é de cerca de 17%. A perda de acesso ao processo de formulação de políticas em vários conselhos ministeriais, conforme mencionado acima, também reduziu os recursos de poder dos sindicatos.

Ademais, os conflitos de interesse acerca da desregulamentação do mercado de trabalho entre os sindicatos contribuíram para o declínio de seus recursos de poder. Os sindicatos por empresa¹ mais importantes em setores internacionalmente competitivos, como o de automóveis e (até recentemente) o de eletrônicos, não se opunham necessariamente à desregulamentação do mercado de trabalho. Esses sindicatos normalmente formaram coalizões interclasses com a administração com o intuito de manter a competitividade internacional de suas empresas e proteger os empregos dos trabalhadores regulares às custas dos trabalhadores não regulares. Como resultado, eles têm se mostrado indiferentes à precariedade laboral dos trabalhadores não regulares e às

más condições de trabalho de um número crescente de trabalhadores regulares, como demissão ilegal, falta de pagamento de salário e longas jornadas de trabalho.

Em contrapartida, os sindicatos de filiação individual, aos quais qualquer trabalhador individual pode se filiar, independentemente de sua filiação à empresa, têm lutado mais agressivamente contra os empregadores ao representar os interesses dos trabalhadores individuais que sofrem com a precariedade do trabalho e as más condições de trabalho. Tais sindicatos representam os interesses dos trabalhadores não regulares e dos trabalhadores regulares em pequenas e médias empresas (PMEs) que não são organizadas pelos sindicatos por empresa. Em síntese, eles visam resolver disputas trabalhistas individuais. Entretanto, os recursos de poder – tanto humanos quanto financeiros – dos sindicatos de filiação individual são muito menores do que os dos sindicatos por empresa.

Para compensar a falta de recursos de poder, alguns sindicatos de filiação individual se engajaram no “sindicalismo de movimento social” formando coalizões com organizações da sociedade civil. Por exemplo, *Shutoken Seinen Union* (SSU, União da Juventude Metropolitana de Tóquio), um sindicato de filiação individual especializado em representar os interesses de jovens trabalhadores, participou de uma campanha chamada “Lute por 1.500 ienes” organizada por uma organização da sociedade civil, *Aequitas* (que significa “justo” em latim), para persuadir o governo a aumentar o salário mínimo dos trabalhadores pobres. Contudo, essas coalizões comumente contam com uma base *ad hoc* e não são suficientemente institucionalizadas.

Os sindicatos de filiação individual também tentaram exercer a agência política na forma de lobby político, propostas de políticas, protestos em massa e assim por diante. Por exemplo, a SSU fez solicitações de políticas a ministérios relevantes, como o Ministério da Saúde, do Trabalho e do Bem-Estar, para melhorar as condições de trabalho dos jovens trabalhadores em termos de salários-mínimos, proteção ao emprego e horas de trabalho. Todavia, com um pequeno número de exceções, as ações políticas dos sindicatos de filiação individual dificilmente tiveram impacto significativo na política trabalhista governamental. Os sindicatos de filiação individual têm tido dificuldade em organizar os trabalhadores, pois geralmente recrutam membros individualmente por meio de consultas trabalhistas, ao invés de confiar no recrutamento convencional em massa no local de trabalho. Como resultado, muitos trabalhadores individuais ainda sofrem com a precariedade e as más condições de trabalho. ■

Contato com Hiroaki Richard Watanabe
<hrwatana@fc.ritsumei.ac.jp>

1. [Nota do tradutor] Comumente, em diversos países ocidentais, os sindicatos se estruturam por categoria profissional ou categoria econômica. No Japão, inúmeras empresas possuem sindicatos próprios que reúnem trabalhadores de colarinho branco e azuis e também gerentes.

> A resistência dos trabalhadores indonésios ao regime de Suharto

por Verna Dinah Q. Viajar¹, Universidade das Filipinas Diliman, Filipinas



Sindicalistas indonésios se manifestaram por todo o país em agosto de 2020 contra os planos do governo de erodir os direitos trabalhistas. Crédito: IndustriALL Sudeste Asiático.

Como se costuma dizer, aqueles que não conseguem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo. A história nos dá lições à medida que lidamos com a ascensão do autoritarismo em diversas partes do mundo em meio às crises paralisantes do neoliberalismo e as desigualdades político-econômicas de nosso tempo. Talvez seja útil estudar aqui os movimentos sindicais nos países do Sudeste Asiático que enfrentaram a repressão do regime autoritário durante o período pós-colonial e de Guerra Fria. O movimento laboral indonésio foi forjado a partir do movimento anticolonial contra os holandeses, tendo sido perseguido durante o regime autoritário de Suharto e então, mais tarde, ressurgiu durante o processo de democratização no período pós-Suharto. Mesmo estando enfraquecido durante o regime repressivo de Suharto, o movimento laboral enfrentou o desafio de contribuir para o processo de mudança de regime e democratização. Este artigo argumenta que na Indonésia os sindicatos e outros movimentos baseados no trabalho, criados para defender os interesses dos trabalhadores, representaram elementos-chave na luta pela democratização e contra o regime autoritário de Suharto. Entender o papel do trabalho organizado no movimento em direção a reformas democráticas e mudança de regime na Indonésia pode fornecer insights sobre como as forças sociais emergem e consolidam a resistência contra práticas autoritárias dentro e fora da Indonésia.

> Os primórdios do movimento laboral

Desde 1894, os sindicatos foram autorizados a existir e florescer na Indonésia sob o governo colonial holandês. O movimento sindical aumentou para mais de 100.000 trabalhadores e se transformou em um movimento militante de esquerda e pró-independência na década de 1940. Sukarno, o primeiro presidente após a independência (no poder de 1945 a 1967) foi considerado um revolucionário socialista e herdou um movimento laboral radicalmente politizado, um forte partido comunista (*Partai Komunis Indonesia* ou PKI) e também uma organização militar cada vez mais de direita, da qual Suharto veio. Como resultado, ao longo do governo de Sukarno, os sindicatos de esquerda foram apanhados no conflito político entre o partido comunista indonésio e os militares de direita. Para combater a influência comunista sob o governo de Sukarno, Suharto tomou o poder em um golpe de Estado em 1968.

Considerado um dos extermínios mais sangrentos do movimento comunista na região, o regime da Nova Ordem de Suharto foi fundado a partir da morte de cerca de 500.000 pessoas e a prisão de mais de um milhão, identificados como membros ou simpatizantes do PKI. Pegos durante a implosão do conflito político, os sindicatos militantes e de esquerda também foram extintos pelos militares a fim de garantir a estabilidade do regime autoritário de Suharto. Um

>>

movimento trabalhista reprimido e sancionado pelo Estado emergiu das cinzas de um dos golpes mais sangrentos do Sudeste Asiático. Tal repressão e controle do movimento sindical tornou-se o pré-requisito para o estabelecimento do regime autoritário de Suharto (1968-1998) no maior país islâmico do mundo.

> A repressão laboral e as relações industriais Pancasila² sancionadas pelo Estado

Al longo de mais de duas décadas, o trabalho organizado indonésio permaneceu sob o controle do regime autoritário de Suharto, justificado pelas Relações Laborais de Pancasila. Mais tarde renomeado como Relações Industriais de Pancasila, esta perspectiva exaltava a cultura baseada na Indonésia de buscar a harmonia dentro de uma comunidade, de tal forma que o conflito de classes entre trabalhadores e capitalistas era considerado não indonésio e uma ação contra os princípios da Pancasila. A aplicação dessa perspectiva identificou qualquer forma de protesto trabalhista, especialmente greves, como uma violação dos princípios da Pancasila e instigação à desarmonia.

As relações industriais de Pancasila apoiaram a estratégia econômica de Suharto de tirar a Indonésia da lista dos países mais pobres da região do Sudeste Asiático. A Nova Ordem de Suharto impulsionou a industrialização da Indonésia por meio de uma estratégia de substituição de importações na década de 1970, sustentada pelas receitas do petróleo; na década de 1980, após a crise do petróleo no final dos anos 70, houve uma mudança dessa estratégia de crescimento, que passou a ser orientada para a exportação. Essa estratégia resultou em um rápido crescimento econômico a partir dos anos 80 e que perdurou até a crise financeira asiática em 1997. Um movimento sindical dócil inserido em um regime de mercado de trabalho de baixa remuneração foi necessário para esse crescimento. Todavia, a rápida industrialização deu origem a novas forças sociais, como por exemplo trabalhadores industriais que exigiam mais liberdade para se organizar, negociar coletivamente e resistir à violência contra os sindicalistas. A violência laboral e as condições de trabalho exploratórias sob a estratégia de industrialização orientada para a exportação produziram uma nova classe trabalhadora industrial insatisfeita com a organização laboral inativa e controlada pelo Estado. Sindicatos independentes começaram a se organizar no início dos anos 1990, com greves selvagens anunciando a mudança para um movimento laboral competitivo.

A série de greves e protestos trabalhistas em 1994 contribuíram para o tumultuado movimento antiautoritário *reformasi*, que culminou na deposição de Suharto durante a crise financeira asiática. Apesar de o trabalho organizado e o movimento *reformasi* não terem chegado a uma colaboração formal, os trabalhadores e sindicatos indonésios contribuíram, ainda que indiretamente, para o movimento de democratização que trouxe a mudança



Crédito: IndustriALL Sudeste Asiático.

de regime. Os sindicatos ou o trabalho organizado e outros movimentos laborais/de trabalhadores formados em defesa dos interesses dos trabalhadores fazem parte do movimento laboral indonésio. Esse movimento laboral foi fortalecido quando se vinculou aos movimentos mais amplos de democratização contra o regime autoritário de Suharto.

> Conclusão

O movimento laboral indonésio evoluiu e passou por distintas faces e fases influenciadas por mudanças nos contextos políticos e econômicos. Os sindicatos foram enfraquecidos no regime laboral repressivo de Suharto, mas contribuíram para a mudança de regime quando os trabalhadores exigiram direitos democráticos, como a liberdade de associação, direitos estes que só podem florescer em um ambiente democrático. As mudanças nas relações de produção deram origem a novas forças sociais, como a classe trabalhadora industrial, os profissionais urbanos e os grupos de interesse baseado no trabalho que faziam parte do movimento de democratização mais amplo. Os movimentos de trabalhadores e estudantes formaram parte da espinha dorsal do movimento anti-Suharto após a enorme crise financeira asiática de 1997. A Indonésia testemunhou o colapso mais dramático de um governo e a derrubada de um líder autoritário quando Suharto foi forçado a renunciar em 1998, enquanto tanques militares cercaram sua residência no meio da noite. A queda do governo da Nova Ordem de Suharto, apoiado por uma ideologia nacionalista Pancasila, sinalizou o início de uma nova era política para a Indonésia. ■

Contato com Verna Dinah Q. Viajar <qvviajar@up.edu.ph>

1. Este trabalho foi viabilizado por meio de uma bolsa de pós-doutorado no International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (IRGAC) da Rosa Luxemburgo Stiftung-Berlim. A Sra. Viajar está atualmente sediada na Escola do Trabalho e Relações Industriais, University of the Philippines Diliman (UP SOLAIR) como pesquisadora visitante.

2. Pancasila é uma perspectiva política inicialmente proposta pelo líder da independência colonial, Sukarno, para unificar o país. Ela baseia-se nos princípios do humanitarismo, da democracia e da justiça social. Suharto se apropriou dessa ideia política popular para ganhar legitimidade.

> Os futuros dos regimes de gênero

por **Sylvia Walby**, Universidade de Londres, Reino Unido, co-coordenadora do Grupo Temático da ISA sobre Violência e Sociedade (TG11), membro e ex-presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32) e **Karen Shire**, Universidade de Duisburg-Essen, Alemanha e vice-presidente do RC02

O gênero importa em nível global. Este conjunto de artigos aborda o novo pensamento sobre as relações de gênero no nível macro necessário para analisar o global. Eles debatem a melhor maneira de teorizar variedades de regime de gênero. Adicionam uma lente interseccional à análise de classe que tem sido, até agora, o foco principal da análise em nível macro do global na sociologia. Acrescentam um nível macro à análise de gênero que, até agora, tem sido predominantemente analisada nos níveis micro e meso.

Os artigos se desenvolvem a partir de um debate realizado na [Social Politics](#) em 2020 sobre como as teorias de variedades de regime de gênero devem ser desenvolvidas para enfrentar a crise atual e incluir com maior rigor tanto o Sul quanto o Norte Global. Como pode ser teorizado o impacto das crises, especialmente a crise de COVID, nas relações de gênero? As variedades de regime público de gênero são diferentes no Sul Global em comparação com o Norte?

Como a modernidade, ou melhor, as múltiplas modernidades emaranhadas, é “generificada”? Como a grande transformação para a modernidade, questão central nas contestações da teoria sociológica, é generificada? As formas domésticas de relações sociais são inerentemente ou contingentemente modernas ou pré-modernas? Seriam as formas doméstica e pública de regime de gênero a distinção mais importante nas variedades de regime de gênero? A distinção entre variedades neoliberais e social-democratas de regime de gênero encontradas no Norte Global é amplamente aplicável, ou existem diversas distinções entre variedades da forma pública de regime de gênero no Sul Global?

O conceito de regime de gênero desafia a tradicional redução do gênero à família. O regime de gênero é constituído por múltiplos domínios institucionais em toda a sociedade. O alcance dos domínios é debatido: às vezes incluindo economia, política, sociedade civil e violência; enquanto outros incluem domínios adicionais.

Como a violência, empírica e amplamente reconhecida como importante para as relações de gênero, mas raramente integrada ao núcleo da teoria sociológica, deve ser abordada? A teorização de gênero em um nível macro requer uma resposta a essa pergunta. Com bastante frequência, o nível macro tem sido teorizado enquanto uma economia política sem gênero. Os artigos aqui assumem posições diferentes acerca do debate sobre a teorização da violência: alguns defendem o reconhecimento da importância da violência para o pensamento de nível macro sobre o global generificado ao tratar a violência como um domínio institucional importante, outros para dispersar a violência em outros domínios.

Novos desenvolvimentos na organização do cuidado (care) desafiam a teoria social que tradicionalmente restringia a economia a formas mercantilizadas de trabalho. O trabalho de cuidados faz parte da economia, seja ele remunerado ou não. As relações sociais da economia incluem as relações domésticas, bem como aquelas entre capital e trabalho.

Muitas vezes, existem várias políticas de gênero diferentes coexistindo (e competindo) no mesmo território: Estado “nacional”, UE (ou outra entidade ou grupo hegemônico), religião organizada (por exemplo, Igreja Católica). Eles possuem diferentes profundidades de democracia de gênero, então as variações no equilíbrio de poder entre eles são generificadas.

As relações de gênero estão sendo reescaladas. As cadeias globais de cuidados generificadas demandam a análise do nível macro, bem como meso e micro. Elas exigem análise da intersecção do capitalismo e variedades de regime de gênero; de migração; e de desafios especificamente de gênero para o nacionalismo metodológico. Não existe qualquer sociedade de estado-nação delimitada na qual todos os domínios sociais estejam alinhados. O reescalamento das relações de gênero também envolve o local (novas formas de prestação de cuidados, novas formas de projeto político) e (o que seria) o hegemônico (UE e China, além dos



“O conceito de regime de gênero desafia a tradicional redução do gênero à família. O regime de gênero é constituído por múltiplos domínios institucionais em toda a sociedade”

EUA). Os artigos oferecem diferentes maneiras de pensar acerca das trajetórias de regimes de gênero ao longo do tempo e do espaço, assim como diferentes formas de desenvolvimento combinado e desigual de gênero.

Um dos desafios substantivos que este conjunto de artigos aborda é saber se a crise de COVID está impulsionando mudanças no regime de gênero. De um lado, há doenças, mortes desnecessárias e processos de desdemocratização. De outro, há novas formas de solidariedade e projetos progressistas.

Os artigos abordam esses temas. Sylvia Walby expõe como a violência pode ser teorizada como um quarto domínio institucional e como diferentes variedades de regime de gênero desencadeiam e regulam a violência. Karen Shire aborda como as políticas familiares características de regimes de gênero conservadores não conseguem mudar fundamentalmente a divisão de gênero do trabalho de cuidados, quer seja por meio de uma transformação liberal ou social-democrata. Mieke Verloo discute a especificação do que entendemos por família, e defende, alternativamente, um conceito pautado pelo modo como a sociedade organiza os corpos, a sexualidade e o parentesco. Ela enxerga a virada “antigênero” à direita enquanto um combate à destradicionalização das relações íntimas, como visto nos ataques aos direitos reprodutivos e à autonomia sexual na Hungria e na Polônia. Heidi

Gottfried e Karen Shire abordam o reescalamento das relações de gênero em uma análise regional comparativa das trajetórias de mudança no Japão e na Alemanha. Valentine M. Moghadam argumenta que as reversões de várias conquistas feministas no Irã e na Tunísia só podem ser compreendidas se, com base na teoria dos sistemas mundiais, explicarmos como os países nos interstícios das periferias e semiperiferias econômicas são afetados por crises econômicas e poderes hegemônicos. As reversões nos direitos das mulheres na Tunísia são atribuídas à superexposição das semiperiferias às crises econômicas mundiais, enquanto as sanções lideradas pelos EUA ao Irã são as culpadas pela reversão dos ganhos de gênero naquele país. Ece Kocabıçak analisa as mudanças na natureza do Estado patriarcal no regime de gênero turco. A análise da Itália e da Espanha realizada por Alba Alonso, Rossella Ciccica e Emanuela Lombardo mostra que o sul da Europa não é uma região unificada, com grandes diferenças nos regimes de gênero dos dois países emergindo a partir da interação de políticas e sociedades civis. Roberta Guerrina, Heather MacRae e Annick Masselot teorizam a UE como um regime de gênero distintivo, que não conseguiu lidar com as desigualdades de gênero e raça geradas pelo projeto do mercado único e que foram exacerbadas por múltiplas crises, sendo a última a de Covid. ■

Contato com Sylvia Walby <Sylvia.Walby@city.ac.uk>

> Estão surgindo novas variedades de regime de gênero?

por **Sylvia Walby**, Universidade de Londres, Reino Unido, co-coordenadora do Grupo Temático da ISA sobre Violência e Sociedade (TG11), membro e ex-presidente do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32)

Três assuntos precisam ser questionados e analisados à luz das variedades emergentes de regimes de gênero: violência, desigualdade no atendimento e o conceito de crise. (Foto 1) Crédito: estética da crise/flickr; (Foto 2) Crédito: John Twohig/flickr; (Foto 3) Crédito: estética da crise/flickr.

A identificação de variedades emergentes de regimes de gênero e as trajetórias pelas quais elas se desenvolveram importa para as relações de gênero e para a sociedade, como meus colegas e eu discutimos na edição especial da *Social Politics* em 2020. Ainda que a maior parte da atenção tenha sido dada a formas cada vez mais desiguais de regimes de gênero, também existem práticas emergentes que podem ser indicativas de regimes de gênero menos desiguais. Tem havido pressões sobre algumas (mas não todas) sociedades que levam a um aumento da desigualdade de gênero; essas pressões incluem a COVID, o Brexit e Trump, bem como a recessão econômica. Há também formas de respostas coletivas que levam à uma diminuição da desigualdade de gênero, incluindo formas estatais (por exemplo, a saúde pública) e não-estatais (por exemplo, o feminismo). Estas levantam questões acerca da violência, do cuidado, do feminismo e da intersecção de gênero e classe. No contexto dos debates sobre variedades de regimes de gênero, o que essas pressões e crises mudaram ou iluminaram? Que novas distinções, caso existam, precisamos fazer na tipologia de variedades de regimes de gênero para abranger essas mudanças? De que modo os processos que levam a diferentes trajetórias por meio dos domínios da economia, política, sociedade civil e violência são mais bem compreendidos? O que mais é preciso para teorizar as mudanças que estão ocorrendo: o conceito de crise e de virada crítica é suficiente, ou são diferentes temporalidades e espacialidades envolvidas que exigem novos conceitos? Três grandes questões podem ser identificadas.

Primeira, “neoliberalismo” é um conceito suficiente para analisar a crescente desigualdade? Como identificar e teorizar a virada para a direita e os aumentos associados à desigualdade? São necessários os conceitos de “conservadorismo”, “autoritarismo” ou “fascismo”? Com relação ao aumento da violência, a teorização da violência dentro das variedades de regime de gênero é colocada novamente. É necessária a caracterização do Estado como autoritário ou essa violência ainda pode ser absorvida no



interior do conceito de neoliberal? O surgimento de milícias privadas agindo com a cumplicidade do Estado demanda um conceito de fascismo como ponto de referência; e, ainda, foi a contestação sustentada tanto pela sociedade civil quanto aquela dentro do Estado suficiente ou não para impedir que essa possibilidade fosse alcançada? Acerca da COVID-19: a tentativa de reestruturação da economia política dos serviços de saúde em direção a empresas privadas com fins lucrativos requer não apenas um conceito de neoliberalismo, mas uma discussão mais engajada da interseccionalidade de gênero e classe?

Segunda questão, para analisar a diminuição da desigualdade: a socialdemocracia é suficiente para compreender a prática emergente? Existem novas formas de regimes de gênero socialdemocratas que possuem uma relação diferente com um Estado nacional daquela forma histórica presente nos países nórdicos? Os conceitos precisam distinguir entre formas socialdemocratas: política, Estado e não-Estado (área pública, comunidade, bairro, local) envolvendo diferentes formas de coletividade e solidariedade? Sobre a COVID: de um lado, a crise de COVID demonstra mais uma vez a importância das formas de Estado baseadas na socialdemocracia ao terem papel central na supressão do vírus por meio da saúde pública estatal. De outro lado, é no nível estadual local que o conhecimento e a ação são necessários para implantar testes, rastreamentos e suporte ao isolamento eficazes. O relativo fracasso em abordar a transmissão do vírus por meio dos contatos físicos e sociais envolvidos na prestação e recepção de cuidados tem se aplicado independentemente de esses cuidados serem não remunerados ou monetizados, pelo menos na Europa, sugerindo que algumas distinções nos debates de gênero sobre cuidados surpreendentemente possuem pouca atração no caso da COVID. Isso levanta inúmeras questões: que implicações as intervenções feministas na prestação de cuidados têm para o regime de gênero? Como teorizar as práticas emergentes nas relações de cuidado?

Como seria a teorização da espacialidade e da escala nos regimes de gênero?

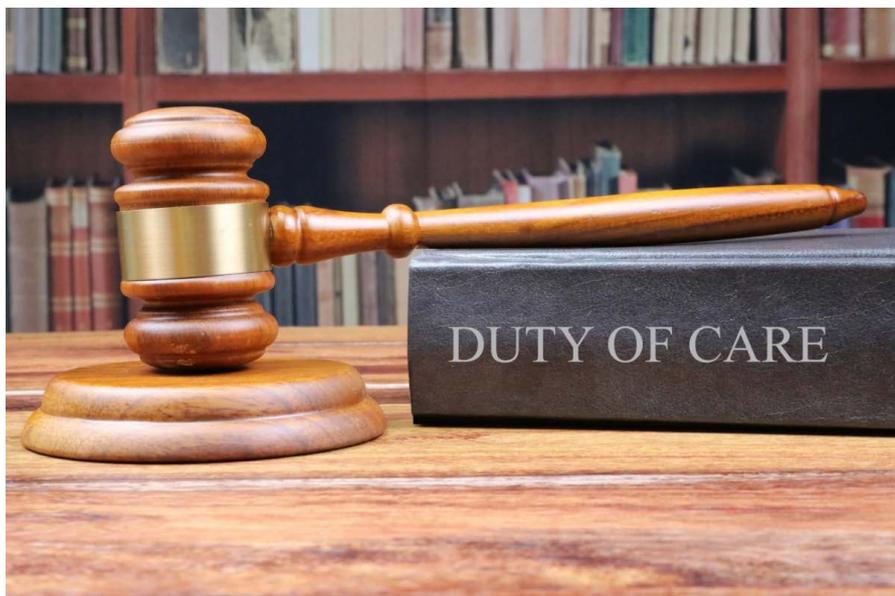
Terceira, ainda sobre a crise: uma tipologia de resultados da crise (recuperar, intensificar, transformar ou catástrofe) é suficiente? A conceituação do momento chave como um potencial ponto de virada crítico basta? De que maneira entender o impacto desigual do feminismo? O ponto crítico de virada, ou ponto de inflexão, em uma nova trajetória dependente do caminho é geralmente conceituado como um “evento”, em grande parte com base no fato de ter uma curta duração temporal e espacialidade concentrada. Três formulações alternativas que oferecem maior diferenciação são possíveis: “a cascata”, “o catalisar” e “a onda”. O conceito de cascata faz referência a uma sequência de pontos de crise em que a crise pode ou não se propagar pelos sistemas sociais da sociedade; isso foi usado para a crise financeira de 2008 e a crise de COVID-19 de 2020-21. No conceito de catalisar, há referência a uma duração um pouco mais longa do que o usualmente englobado pelo conceito de evento; contém a ideia de aceleração, ligada a noções de espiral, além de sequência e cascata, que tem sido usada para capturar o desenvolvimento de formas socialdemocratas de regime público de gênero em meados do século XX nos países nórdicos. Na onda, há uma força dinâmica de mudança (por exemplo, o feminismo global) afetando formas institucionais mais estáveis, em que o resultado depende da interação entre elas, valendo-se do conceito de “rodadas de reestruturação”, que oferece melhorias espaciais e uma nuance temporal das mudanças.

As três questões citadas acima oferecem uma ligação com os debates acerca das variedades de regimes de gênero presentes na *Social Politics* de 2020 e com os desenvolvimentos da sociedade contemporânea. ■

Contato com Sylvia Walby <Sylvia.Walby@city.ac.uk>

> Tudo em família: regimes de gênero conservadores

por **Karen Shire**, Universidade de Duisburg-Essen, Alemanha, e Vice-Presidente do Comitê de Pesquisa da ISA em Economia e Sociedade (RC02)



Quem tem o dever de cuidar, quando a questão da redução da carga de cuidados das mulheres foi formulada como política familiar e o apoio às mulheres nas famílias como permitindo um melhor equilíbrio trabalho-família? Crédito: Nick Youngson / Creative Commons.

A teoria do regime de gênero prevê duas trajetórias de tipo ideal para o desenvolvimento de regimes públicos de gênero. A primeira é uma trajetória neoliberal, onde as oportunidades para as mulheres ganharem uma posição igual à dos homens são abertas pelo acesso igualitário a mercados competitivos. Essa trajetória ignora amplamente as maneiras pelas quais a divisão de gênero do trabalho não remunerado e a segregação de gênero do trabalho prejudicam as mulheres. Já as trajetórias socialdemocratas estabelecem a igualdade de gênero como um objetivo de todas as políticas, mais significativamente, as políticas de cuidado e outras proteções sociais que igualam as proteções ao emprego e garantem às mulheres participação igualitária na liderança política e econômica.

Em termos de casos reais, os EUA se aproximam mais do regime neoliberal de gênero e a Suécia do ideal socialdemocrata. Ambos os casos são semelhantes em outro aspecto – o desenvolvimento de seus regimes de gênero está inserido em caminhos democráticos para a modernização. Em uma contribuição para a edição especial da *Social Politics* (2020) sobre variedades de regimes de gênero, Kumiko Nemoto e eu argumentamos que os tipos ideais baseados em experiências históricas de modernização democrática ignoram as particularidades

dos países que passam por modernizações autoritárias. Em nossa análise da constituição histórica dos regimes de gênero em dois casos de modernização autoritária – Alemanha e Japão – argumentamos que os códigos familiares foram fundamentais para subordinar as mulheres dentro de lares liderados por homens e estabelecer a unidade doméstica-familiar como uma instituição social pública situada em serviço dos interesses nacionalistas e militaristas. Argumentos semelhantes sobre a incorporação legal de hierarquias de gênero na família são feitos na mesma edição especial da *Social Politics* [Políticas Sociais] para outros casos de modernização autoritária na região MENA (Moghadam), Turquia (Kocabiçak) e Espanha (Alonso e Lombardo).

> Política de família na Alemanha e no Japão

As reformas dos códigos familiares na Alemanha e no Japão durante as democratizações que se seguiram à derrota militar e às ocupações estrangeiras em 1945 estabeleceram regimes domésticos de gênero em grande parte no modelo de mercado liberal dos EUA, mas não completamente. As hierarquias de gênero dentro do lar familiar como unidade subsidiária da nação foram reconstituídas na política de bem-estar e emprego, no que os estudiosos de gênero chamaram de modelo masculino de arrimo de família. A segunda onda do movimento

>>

feminista na década de 1970 conseguiu a reforma de muitas reminiscências da formação familiar conservadora, por exemplo, nas leis de herança e divórcio. O que resta, no entanto, é a responsabilidade do agregado familiar pelo cuidado e os apoios fiscais e de política social para o modelo masculino de arrimo de família. Embora não mais autoritários, esses regimes de gênero permaneceram conservadores até os anos 2000, quando a preocupação com o envelhecimento rápido, a baixa fertilidade e a oferta de mão de obra em declínio alinharam as políticas públicas conservadoras com as forças democráticas sociais e liberais para reformar a organização social do cuidado e melhorar as taxas de emprego das mulheres.

O regime de gênero socialdemocrata sueco não foi, no entanto, o modelo para essas reformas; nem, eu argumento, poderia ser. Como muitos países da Europa continental, a assistência social na Alemanha e no Japão é financiada por meio de deduções de renda para o seguro social, e as proteções são estendidas a familiares dependentes. Essa combinação de bem-estar continua a tornar as mulheres das famílias disponíveis para cuidados não remunerados. Também inviabiliza politicamente a solução sueca de financiamento de impostos e instalações públicas. Em vez disso, a questão da redução da carga de cuidados das mulheres foi formulada como política *familiar* e o apoio às mulheres nas famílias permitindo um melhor equilíbrio trabalho-família. Em ambos os países, a política familiar interveio na reorganização social do cuidado de crianças e idosos. Em nenhum deles, entretanto, a política familiar socializou o cuidado como na Suécia, ou perturbou a divisão de gênero do trabalho de cuidado não remunerado.

O que a política familiar conseguiu? A lógica de gênero da política familiar torna-se evidente quando o foco está nas formas mais agudas de cuidado – de crianças pequenas e de idosos que não podem mais viver sozinhos de forma independente. Tanto na Alemanha quanto no Japão, as políticas familiares mantiveram ambas as formas de cuidado *em família*.

Os programas para expandir a assistência à primeira infância não conseguiram cobrir a maioria das crianças entre um e dois anos de idade. Na Alemanha, onde as pressões da UE levaram a reformas, a lenta expansão do atendimento a essa faixa etária (para 34% de cobertura) foi alcançada por meio de medidas para ampliar a prestação de cuidados por “mães diaristas”, reforçando o papel das mulheres – embora em outras famílias – no cuidado de

crianças pequenas. No Japão, as mulheres agora podem estender suas licenças maternas por mais de um ano se permanecerem em uma lista de espera por uma vaga em uma creche.

Nos cuidados a idosos, ambos os países introduziram o seguro de cuidados de longa duração há mais de 20 anos. Os novos mercados criados para os serviços de cuidado aos idosos, no entanto, visam explicitamente complementar e não socializar os cuidados prestados pelos membros da família. O apoio estatal à expansão dos serviços do mercado privado em vez da socialização do cuidado sugere uma trajetória neoliberal de mudança nas relações de gênero.

> A busca de uma alternativa socialdemocrata viável

Não há alternativa ao regime de gênero público neoliberal? A busca por uma resposta diz respeito a alternativas à forma sueca de regimes socialdemocratas de gênero. Nessa busca, pelo menos o ponto de partida está claro: a destradicionalização e a erosão da família conjugal/biológica como unidade básica de cuidado social por meio de uma reorganização social das relações íntimas e de uma nova economia moral do cuidado informada pelo objetivo de igualdade de gênero.

Na Alemanha e no Japão, remontando às experiências de reorganização das relações íntimas nos movimentos estudantis e feministas de 1968, há evidências de uma captura criativa de subsídios estatais e seguridade social para criar formas alternativas de cuidado de crianças e idosos fora da família. Na Alemanha, são exemplos cooperativas de “mães diaristas”, juntamente com creches em espaços alugados e situações de coabitação de idosos em que os idosos usam a seguridade social para contratar seus próprios cuidadores. No Japão, organizações sem fins lucrativos lideradas por mulheres que fornecem cuidados de alta qualidade e trabalho decente para mulheres remuneradas e, cada vez mais, também para homens como cuidadores são cada vez mais visíveis nos cuidados a idosos, mas também na primeira infância.

A busca por uma alternativa socialdemocrata viável para modernizar as relações de gênero nos regimes conservadores de gênero provavelmente começará com o fim da família como a conhecemos. ■

Contato com Karen Shire <Karen.shire@uni-due.de>

> Podemos ver uma transformação do regime de gênero na Europa?

por Mieke Verloo, Universidade de Radboud, Holanda



A hashtag #pieklokobiet (inferno para as mulheres) tornou-se um símbolo do protesto contra as novas leis que restringem o acesso ao aborto na Polônia. Crédito: Lukasz Katlewa /[Wikimedia Commons](#).

A última década viu uma aceleração das campanhas anti-gênero. Elas estão se espalhando pela Europa, aumentando o número de atores envolvidos e a gama de questões cruciais para o futuro feminista; também vemos uma preocupante mudança de estratégias reativas para proativas. Observa-se que essas campanhas visam a um conjunto específico de questões feministas, notadamente aquelas priorizadas pela vertente feminista radical do projeto feminista dos anos 70: desessencialização de sexo e gênero, autonomia corporal e sexual, direitos reprodutivos e heteronormatividade. Tudo isso no contexto de crescente autoritarismo em toda a Europa. O novo livro de Agnieszka Graff e Elzbieta Korolczuk discutindo [Política antigênero no movimento populista](#) oferece uma ótima análise desse fenômeno. Exploro se esses ataques significam uma transformação do regime de gênero na Europa e exigem uma extensão da teoria do regime de gênero.

Na teoria do regime de gênero de Walby, os regimes de gênero são sistemas complexos de desigualdade, distintos

em como configurações específicas dos domínios da política, economia, violência e sociedade civil impactam na desigualdade de gênero. Ela distingue entre regimes de gênero doméstico e público, e dentro do regime de gênero público, entre formas neoliberais e socialdemocratas. A distinção entre regimes de gênero doméstico e público é baseada em diferenças na política: a política em regimes de gênero doméstico é caracterizada por um Estado fraco e um forte papel para patriarcados masculinos baseados em famílias e redes de parentesco, enquanto em regimes públicos de gênero, é caracterizado por um Estado forte. A distinção adicional entre os dois regimes públicos de gênero é então feita com base em como os Estados ou instituições estatais organizam a desigualdade de classe. No caso do regime de gênero neoliberal público, as instituições estatais dão o máximo de espaço possível ao mercado e, portanto, a um sistema capitalista de organização da economia, resultando em fortes desigualdades de classe e moldando as desigualdades de gênero entrecortadas por elas. O regime de gênero socialdemocrata público é criado para mitigar os piores excessos das desigualdades de classe capitalista, em direção a um certo nível básico de

>>

igualdade de oportunidades. As desigualdades de gênero, especialmente em torno do trabalho e do cuidado, fazem parte dessa mitigação.

Essa distinção de regimes de gênero baseia-se predominantemente nos domínios da política e da economia. No entanto, para entender as campanhas anti-gênero e a emergente transformação de gênero ligada a ela, a teoria do regime de gênero teria que prestar mais atenção ao emaranhado da desigualdade de gênero e da desigualdade sexual. Argumento que é possível e necessário alterar a teoria do regime de gênero adicionando um domínio de catexia que consiste em todas as instituições da sociedade que regulam os órgãos, sexualidades e parentesco.

Meus argumentos estão ligados a quatro críticas à teoria dos regimes de gênero (veja a edição especial de Regimes de Gênero da *Social Politics* (2020), centrada na necessidade de dar um lugar à “família” na estrutura de Walby e apresentando diferentes maneiras de fazer isso.

> A família como domínio na teoria do regime de gênero – possibilidades e limites

Valentine M. Moghadam identifica dois regimes públicos de gênero: neopatriarcal versus conservador-corporativista. O regime de gênero neopatriarcal é o patriarcado doméstico organizado pelo Estado por meio do direito de família conservador, combinado com uma forma de capitalismo que limita a participação econômica feminina, restrições à sociedade civil que impedem a organização feminista sustentada e legislação inadequada ou inexistente sobre violência contra as mulheres. O emergente regime conservador-corporativista mostra fortes movimentos feministas, visibilidade das mulheres nas profissões e reforma do direito de família. Acrescentar a família como um domínio é necessário, ela argumenta, porque as leis e reformas de família são as instituições centrais para como esses regimes de gênero emergem e se transformam. É importante ressaltar que ela presta atenção a várias posições não democráticas ou menos democráticas na política e na sociedade civil.

Karen Shire e Kimiko Nemoto, fazendo uma distinção baseada na natureza democrática ou autoritária da política, e enfatizam o importante papel das políticas familiares. Elas observam que os regimes de gênero conservadores constituem o doméstico como uma esfera pública e se transformam por meio de políticas familiares, que reforçam uma divisão de trabalho generificada que não é neoliberal nem socialdemocrata. Essas políticas familiares combinam o apoio ao emprego das mulheres com a melhoria das taxas de fecundidade. Elas mostram que os regimes domésticos de gênero podem ser modernizados de forma não liberal, conservadora, caracterizando

não apenas a organização do trabalho e do cuidado, mas também o controle da fecundidade das mulheres. Semelhante a Moghadam, elas distinguem os regimes de gênero na dimensão da democracia versus autocracia, ligados a diferentes caminhos para a mudança: de cima para baixo nos regimes autoritários e de baixo para cima nos democráticos.

Ece Kocabiçak também defende mais atenção ao significado da família durante a mudança de um regime de gênero doméstico para um regime de gênero público, por meio da desapropriação baseada no gênero para sustentar a exploração patriarcal do trabalho dentro da família. Ela observa um patriarcado doméstico moderno organizando a exclusão das mulheres do trabalho remunerado, juntamente com a desapropriação e o aumento da dependência salarial, mantendo assim a exploração patriarcal doméstica do trabalho.

Emanuela Lombardo e Alba Alonso também enxergam a necessidade de teorizar um domínio de catexia porque as lutas sexuais e reprodutivas na Espanha têm uma relevância crucial para a compreensão da dinâmica do regime de gênero. Essas lutas estão no centro das campanhas anti-gênero e impedem uma maior transformação dos regimes de gênero em uma direção mais feminista; elas poderiam reverter os ganhos obtidos no passado recente.

Todas essas autoras tentam enquadrar as questões de “família” nos quatro domínios atuais de Walby, mas encontram dificuldades porque as famílias são majoritariamente centradas na divisão trabalho-cuidado. Isso, no entanto, é insuficiente para cobrir as dimensões da desigualdade de gênero que têm raízes na forma como uma sociedade organiza os corpos, a sexualidade e o parentesco.

Resumindo, a atual articulação de variedades de regimes de gênero entre os regimes de gênero públicos, neoliberais e socialdemocratas não é suficiente para controlar as atuais campanhas anti-gênero e a consequente virada para formas menos progressivas de relações de gênero. Essa virada já aconteceu na Polônia e na Hungria, restringindo a autonomia reprodutiva e sexual e bloqueando os direitos sexuais para relacionamentos e construção familiar; está se difundindo rapidamente para outros países e para uma ampla variedade de atores políticos. Há uma forte coalizão de religiosos ortodoxos e atores de extrema direita que pressionam por essa transformação. É uma forma pública moderna de neopatriarcado?

Essa é uma séria transformação do regime de gênero, mas que se torna visível em toda a sua feiura apenas quando articulamos um novo domínio pleno centrado em corpos, sexualidade e parentesco. ■

Contato com Mieke Verloo <mieke.verloo@ru.nl>

> Regimes públicos de gênero: divergências convergentes

por **Heidi Gottfried**, Universidade Estadual Wayne, EUA, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02), Movimento Trabalhista (RC44) e Mulher, Gênero e Sociedade (RC32), e **Karen Shire**, Universidade Duisburg-Essen, Alemanha e Vice-Presidente do RC02



Embora a reorganização regional da reprodução no Japão e na Alemanha varie de maneira importante, os migrantes desempenham um papel importante nos arranjos de trabalho de cuidado em ambos os Estados. Crédito: Pekka Nikrus / flickr.

Na esteira dos milagres de alto crescimento da Alemanha e do Japão e da expansão econômica, as mulheres avançaram no ensino superior, mas as mudanças em seus padrões de emprego permaneceram limitadas, pontuadas por altos níveis de trabalho de meio período entre as mães, disparidades salariais persistentemente grandes entre homens e mulheres e encargos contínuos de cuidados não remunerados; um padrão que foi exacerbado durante a pandemia. Iniciativas políticas recentes voltadas à organização do cuidado estão resultando em “divergências convergentes” entre os regimes de gênero contemporâneos em um mundo que reconfigura a reprodução social em escala global, ao mesmo tempo em que cria novas divisões entre as mulheres na transformação da divisão de gênero do trabalho reprodutivo. A crescente demanda por mão de obra migrante de baixos salários, especialmente para países que envelhecem rapidamente, produz uma integração regional e global mais forte das economias sociais e políticas e, concomitantemente, uma interseção mais estreita das desigualdades ao longo de classe, gênero e raça/cidadania.

> Reestruturação do trabalho assistencial

A Alemanha e o Japão continuam a situar os cuidados infantis principalmente nas residências particulares, e as reformas falharam em expandir adequadamente os equipamentos de cuidados infantis. O declínio da fecundidade em ambos os países, em parte em função do sistema de emprego de homens que sustentam a família, gerou mudanças rápidas na população idosa e, com isso, uma demanda crescente por cuidados aos idosos. As mais recentes adições às políticas sociais em ambos os países são os esquemas de seguro de longo prazo, que de maneira bastante semelhante, transferem claramente os cuidados aos idosos para as residências particulares. O financiamento parcial dos serviços por meio de prêmios de seguro em ambos os países contribui para estimular a expansão dos serviços de atendimento na forma de mão de obra de baixa remuneração e semiprofissionalizada.

Em toda a União Europeia (UE), sob as pressões da estratégia europeia de emprego e suas metas de gênero, os cuidados infantis tornaram-se amplamente mais socializados, pelo menos para crianças com mais de três anos. Cuidar de crianças menores de três anos, no entanto, ainda é, em grande parte, uma questão familiar. A falta de mudanças evidentes no comportamento dos homens no trabalho doméstico estimula as tentativas na UE de transferir mais trabalho doméstico não remunerado das mulheres para serviços de mercado pagos. Além disso, independentemente de um regime de gênero ser caracteristicamente socialdemocrata ou não, grande parte do trabalho doméstico remunerado e de cuidados é relegado às mulheres migrantes, em condições de emprego precárias e de baixa remuneração. A divergência neste contexto afeta as condições de emprego das mulheres, com uma clara divisão entre o trabalho das mulheres cidadãs e não cidadãs, ao longo do qual convergem cada vez mais variedades de regimes de gênero. A reorganização social da reprodução atrelada à saída das mulheres da esfera doméstica para o ingresso em maior número de empregos remunerados, e as políticas familiares (como os créditos tributários para contratação de empregadas domésticas) visam promover a participação das mulheres no mercado de trabalho como estratégia de crescimento nacional no contexto de mudanças demográficas. Assim, as estratégias de crescimento estão cada vez mais vinculadas a uma integração supranacional e regional da reprodução.

> Variações regionais

A reorganização regional da reprodução, dentro da Ásia-Pacífico no caso do Japão, e da União Europeia para a Alemanha, varia de maneiras importantes. A liberdade de serviços e a liberdade de mobilidade na União Europeia criaram infraestruturas de comércio e mobilidade laboral completamente liberalizadas, embora as evidências mostrem que a migração da Europa do Leste desempenhou um papel no setor de cuidados alemão muito antes de ser possível para os cidadãos dos novos Estados-membros trabalharem legalmente na Alemanha, o que sugere equivalentes funcionais em vez de diferenças fundamentais. Os países da ASEAN [Associação de Nações do Sudeste Asiático] estão levantando barreiras em alguns setores de mobilidade de mão de obra qualificada entre seus Estados-membros, mas a zona opera em uma ordem diferente da União Europeia. O Japão confiou em acordos bilaterais para efetuar uma dinâmica semelhante de reprodução redimensionada. Mobilizando acordos comerciais, no jargão de Parcerias Econômicas, o Japão gerou novos corredores de mobilidade laboral assistencial; de fato, o trabalho assistencial é o principal alvo das cláusulas de migração desses acordos. Os países de origem mais proeminentes, Filipinas, Indonésia e Vietnã, se enxertam em vínculos regionais anteriores com base na história da colonização japonesa, na influência política do Japão como a principal nação doadora da região e em sua posição como o maior investidor estrangeiro.

Divergindo da Alemanha, o Japão embarcou em uma abordagem cautelosa para expandir o número de trabalhadores de cuidados migrantes negociando acordos bilaterais e variando a classificação do trabalho de assistência como qualificado ou não qualificado. Sua estratégia de importação de mão de obra não preencheu a perene escassez de mão de obra de cuidadores, em parte porque os controles rígidos sobre a imigração, os altos obstáculos para obter uma licença e os limites nos caminhos para a cidadania restringem o fluxo de mão de obra migrante para o Japão. Seguindo sua velha cartilha, o Estado japonês se colocou no centro da intermediação, atuando não apenas como agente legislador na negociação de acordos bilaterais, mas também como intermediário do mercado de trabalho, gerenciando o movimento de mão de obra de outros países da região. A livre mobilidade na União Europeia facilita os fluxos transfronteiriços de países vizinhos à Alemanha. As primeiras restrições significavam que o trabalho de assistência a migrantes entrava na Alemanha como autônomo (sob a liberdade de serviços na UE) ou como trabalhadores não registrados. Nesta fase inicial, os migrantes trabalhavam em domicílios privados, quer sem cobertura das normas laborais (se trabalhadores por conta própria) ou sem recurso a reclamações (se não registrados). Como em outros Estados-membros da UE, a forma como o trabalho de assistência entrou na Alemanha permitiu que um setor de serviços de agência prosperasse (localizado principalmente nos Estados-membros do Leste Europeu). O levantamento das restrições deixou os profissionais de saúde em formas precárias de relações de serviço por conta própria/intermediadas. Dessa forma, o trabalho de assistência a migrantes foi moldado como uma forma de emprego precário.

A regionalização e a globalização podem ser forças positivas, na medida em que apresentam novas arenas para atores feministas nos governos e na sociedade em seu esforço de mobilizar movimentos efetivos para alinhar as políticas de igualdade de gênero aos padrões internacionais. Ainda assim, as políticas formuladas nos níveis regional e internacional devem ser promulgadas por atores políticos nacionais. As tensões subjacentes entre as instituições supranacionais e a governança nacional impedem a fácil harmonização de iniciativas políticas entre os países, o que se tornou bastante evidente a partir das respostas nacionais dos governos à COVID. Crises, como a COVID-19, criam o potencial para mudanças consequentes nos sistemas sociais: um novo reconhecimento público pode resultar na revalorização do trabalho de cuidado e na inclinação de políticas para princípios socialdemocratas ou a intensificação do trabalho de cuidado no lar pode amplificar a re-tradicionalização das mulheres e desigualdades baseadas em classe, raça e cidadania. ■

Contato com Heidi Gottfried <ag0921@wayne.edu>

> Regimes de gênero, políticas e sistema-mundo

por **Valentine M. Moghadam**, Universidade de Northeastern, EUA, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Mulher, Gênero e Sociedade (RC32)

Como um conceito sociológico de nível macro formulado por Sylvia Walby, o *regime de gênero* tem sido teorizado e analisado em grande parte em nível nacional e aplicado predominantemente a regiões caracterizadas por democracias capitalistas altamente desenvolvidas economicamente que estão fortemente integradas à economia-mundo capitalista e seu mercado financeiro. Até o momento, os estudos de caso dos países incluem o Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Japão e Alemanha. No entanto, estamos começando a ver aplicações em regiões menos desenvolvidas que abrigam democracias e políticas autoritárias, fracamente integradas à economia-mundo ou altamente dependentes. Aqui, me concentro no Irã e na Tunísia e começo com alguns antecedentes e contexto.

A aplicação a Israel (por Amalia Sa'ar), Turquia (por Ece Kocabiçak) e aos países do Magrebe, Argélia, Marrocos e Tunísia (pela presente autora) mostram que o conceito de regime de gênero pode ser estendido a contextos não ocidentais, embora com os ajustes necessários para levar em conta as especificidades em nível nacional e as variações dentro do país. Sa'ar utiliza o conceito de “contrato de gênero patriarcal” (que eu apresentei em um livro de 1998) para descrever a integração da força de trabalho das mulheres palestino-israelenses na economia neoliberal; o resultado em Israel é um regime de gênero predominantemente centrado no doméstico, e tipos, em menor escala, centrados no público, operando lado a lado. Kocabiçak argumenta que os regimes domésticos de gênero na Turquia variam entre formas pré-modernas e modernas, tanto ao longo do tempo quanto por região subnacional. Aili Mari Tripp não usa o conceito de regime de gênero em seu livro recente, *Seeking Legitimacy* [Buscando Legitimidade], mas sua comparação dos países do Magrebe da Argélia, Marrocos e Tunísia com outros países do Oriente Médio/Norte da África (MENA) confirma minha discussão sobre a mudança de um regime de gênero “neopatriarcal” para um emergente regime de gênero “conservador-corporativista” naquela sub-região do MENA. Rania Maktabi, embora não se baseie na teorização do regime de gênero, discute os regimes de cidadania de gênero, diferenciando os xeques

do Norte da África, do Levante e do Golfo Pérsico. Em meu próprio trabalho, levantei a questão das modernidades não ocidentais ou não capitalistas (por exemplo, sob o comunismo ou em ambientes autoritários), além de focar em regimes de gênero emergentes em países do Magrebe recém-democratizados, especialmente a Tunísia e, mais recentemente, o Irã.

Em todos os casos, a teorização feminista chamou a atenção tanto para o progresso quanto para a estagnação, se não para a regressão, na evolução do patriarcado e dos regimes de gênero estabelecidos. Uma questão que surge, portanto, é se os regimes de gênero não são apenas constituídos por domínios institucionais de nível nacional e estrutura de classes, mas também moldados pela zona econômica em que estão localizados – centro, periferia e semiperiferia – conforme elaborado por estudiosos de sistemas mundiais. A teorização dos regimes de gênero nessa escala pode ser um primeiro passo na identificação de variedades, dinâmicas e perspectivas; difusão e agrupamento; convergências e divergências; e impulsionadores de mudança e regressão.

> Regimes de gênero do Sul Global – questões conceituais

Para estender a aplicação além do Norte Global, destaco três questões conceituais. Uma diz respeito à natureza e extensão da persistência do patriarcado privado (regime de gênero doméstico ou pré-capitalista), o nome apropriado para o regime de gênero emergente ou estabelecido (conservador *versus* neoliberal ou social-democrata) e a contínua importância da família como um domínio institucional.

Uma segunda diz respeito à escala. Em um artigo recente sobre o Curdistão iraniano que eu escrevi com dois sociólogos curdos-iranianos, focamos na capital Sanandaj, onde a família continua sendo um domínio institucional significativo dentro do regime de gênero neopatriarcal – e muito mais centralizado – de nível nacional mais amplo do Irã. Os domínios institucionais operam de forma diferente em diferentes escalas?

>>

“o sistema-mundo capitalista deve ser o ponto de entrada conceitual para nossa compreensão das perspectivas e dinâmicas do regime de gênero, incluindo configurações institucionais em diferentes escalas”

Uma terceira questão diz respeito aos impulsionadores e atores por trás da mudança de um regime de gênero para outro e os fatores por trás da estagnação ou regressão. Por exemplo, em meu trabalho sobre mudanças no regime de gênero no Magrebe, identifico as *mobilizações feministas* como as principais impulsionadoras da mudança, mas observo que mais progressos – especialmente na democratização da Tunísia – foram prejudicados pela crise econômica.

As três questões delineadas estão interligadas, na medida em que impulsionadores e atores podem estar presentes em várias escalas, e os domínios institucionais podem ser influenciados por dinâmicas globais, nacionais e subnacionais. Meu argumento central é que o sistema-mundo capitalista – entendido como a configuração altamente desigual e hierárquica dos mercados capitalistas e das relações interestatais – deve ser o ponto de entrada conceitual para nossa compreensão das perspectivas e dinâmicas do regime de gênero, incluindo configurações institucionais em diferentes escalas.

> Regimes de gênero no Irã e na Tunísia – aplicando a análise dos sistemas-mundo

Exploro essas interconexões com foco empírico em duas políticas republicanas do MENA com grandes classes médias, incluindo populações femininas educadas e aspiracionais. Uma é autoritária e rica em petróleo, mas sujeita a sanções punitivas dos EUA (Irã); a outra é democratizante, mas economicamente deprimida e altamente endividada (Tunísia). Elas têm políticas, economias e sociedades civis diferentes, mas debates semelhantes em torno da família.

Os domínios institucionais, bem como os respectivos regimes de gênero que as constituem, não são apenas moldados por fatores e forças internas, mas também são altamente suscetíveis a forças que operam no nível do sistema-mundo hierárquico.

Os regimes de gênero, argumento, são produtos de processos sistêmicos mundiais que afetam atores e instituições dentro e além das fronteiras nacionais, permitindo ou impedindo a igualdade de gênero. No caso do Irã, um Estado semiperiférico emergente desafia a hegemonia do sistema mundial, incorrendo em penalidades econômicas e financeiras que, por sua vez, fortalecem as forças domésticas de direita e impedem ou reverterem o progresso na participação e nos direitos das mulheres. Isso inclui uma decisão oficial recente e altamente contestada de liberar os boletins das crianças apenas para os pais. No caso da Tunísia, uma transição democrática amplamente admirada e um regime de gênero emergente que se move em uma direção igualitária é ameaçado pela pequena economia do país, ligações tangenciais às cadeias globais de *commodities* e dependência de investimentos e empréstimos externos. Isso inclui o impasse e a inação em torno da herança igual para irmãs, extremamente decepcionante para ativistas feministas e uma recente intervenção presidencial controversa na política. As análises do Irã e da Tunísia, dois casos de países do Sul Global nos interstícios da periferia e semiperiferia, elucidam a influência dos processos sistêmicos mundiais – a política de hegemonia dentro do sistema interestatal e o status vulnerável das economias menores dentro do economia-mundo – sobre os regimes de gênero. ■

Contato com Valentine M. Moghadam
<v.moghadam@northeastern.edu>

> Os determinantes do Estado patriarcal turco

por **Ece Kocabiçak**, The Open University, Reino Unido



Mulheres e comunidades LGBTI+ protestam contra a retirada da Turquia da Convenção de Istambul originalmente introduzida para proteger meninas e mulheres de todas as formas de violência. Kadıköy, 2021. Crédito: Yagmurkozmetik/Wikimedia Commons.

Além de enfatizar a igual importância dos regimes de desigualdade baseados em gênero, classe e raça-etnia para a transformação social, as teorias das variedades de regime de gênero permitem uma avaliação das mudanças no caráter patriarcal do Estado. Este artigo estende as teorias do regime de gênero examinando os determinantes do Estado patriarcal na Turquia. O caso da saída da Turquia da Convenção de Istambul, tratado de direitos humanos que trata da violência contra a mulher e da violência doméstica, permite investigar até que ponto a interação entre as múltiplas agendas estatais e o processo de desdemocratização aumentam a capacidade de negociação coletiva dos homens, como grupo socialmente construído baseado no gênero.

> Duas formas de caráter de Estado patriarcal

Com base nas teorias do regime de gênero, sugiro que os grupos dominantes da sociedade baseados em gênero, classe e raça-etnia estabeleçam uma forte influência sobre o Estado e, como tal, levem a uma interação entre múltiplas agendas estatais. Segundo Sylvia Walby, a predominância de estratégias excludentes de gênero está vinculada à forma doméstica de regime de gênero, e a segregação e subordinação de gênero estão vinculadas às formas neoliberais ou social-democratas de regimes públicos de gênero. Com base em sua diferenciação, conceituo duas formas principais de caráter do Estado patriarcal: o *Estado patriarcal doméstico*, que limita o trabalho das mulheres à produção doméstica (incluindo o trabalho de cuidado), enquanto o *Estado patriarcal público* utiliza vários graus de mercantilização e desmercantilização (de bens e serviços produzidos por mulheres dentro de casa) para garantir a

>>

sustentabilidade da dupla carga de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres. Enquanto o primeiro sustenta estratégias de exclusão baseadas em gênero, o segundo regula a segregação e subordinação baseada em gênero dentro dos domínios institucionais da economia, política, sociedade civil e violência.

A estrutura proposta é particularmente relevante para a análise da formação do Estado no Sul Global, pois os atores políticos são compostos por diversos grupos. Como argumentei em outro lugar, os atores políticos patriarcais na Turquia não se limitam aos chefes de família masculinos, mas também incluem pequenos produtores masculinos em áreas rurais e urbanas. Além disso, sob as condições em que regimes antidemocráticos mantêm consideráveis diferenças de gênero na tomada de decisões públicas, um determinado grupo de homens de elite mantém sua influência sobre a liderança do regime. Isso, por sua vez, aumenta a capacidade de barganha dos homens. Desenvolvo o conceito de *homens do regime* ao me referir a esse grupo de homens de elite.

Meus dados sugerem que, desde os anos 2000, o Estado turco tem contido um embate entre seus personagens patriarcais públicos e domésticos. Esses personagens conflitantes talvez possam ser encontrados em muitos outros Estados, mas na Turquia a mudança para um Estado patriarcal público permaneceu limitada e sua escala insuficiente para desafiar a predominância de seu caráter patriarcal doméstico. As intervenções estatais no domínio da economia incentivam as mulheres urbanas com níveis de educação relativamente mais baixos a ficarem em casa e prestarem cuidados não remunerados, bem como manter as mulheres rurais como trabalhadoras familiares não remuneradas em pequenas e médias propriedades. No domínio da sociedade civil, o regime antidemocrático recentemente estabelecido (desde 2014-15) exclui as mulheres da tomada de decisões públicas e da representação política e reprime os movimentos sociais; ao mesmo tempo, o controle das mulheres sobre sua sexualidade, incluindo suas habilidades reprodutivas, é restringido pelos regulamentos homofóbicos e pró-natalistas dirigidos pelo Estado. Um olhar mais atento às intervenções do Estado no domínio da violência de gênero mostra que o Estado aprisiona as mulheres dentro dos limites do violento ambiente familiar heterossexual, limitando o acesso das mulheres a alternativas viáveis e tolerando a violência masculina contra mulheres solteiras, separadas ou divorciadas, bem como a violência contra pessoas LGBTQI+.

> A saída da Turquia da Convenção de Istambul

Ao me concentrar na retirada da Turquia da Convenção de Istambul, investigo até que ponto os atores patriarcais utilizaram a agenda estatal racista muçulmana turca para manter o caráter de Estado patriarcal doméstico. Minha avaliação sugere que inicialmente, entre 2015 e 2018,

certos grupos de homens se organizaram contra as regulamentações legais que proíbem o casamento infantil, garantem a pensão alimentícia e regulam a guarda dos filhos. A Lei nº 6.284, que foi promulgada em relação à Convenção, também foi escrutinada nesse período. Ao estabelecer vários grupos de discussão nas mídias sociais, realizar campanhas de desinformação e organizar protestos de rua, esses grupos alegaram que foram vítimas das regulamentações acima. Suas campanhas iniciais também foram apoiadas por homens do regime, incluindo comentaristas, jornalistas, acadêmicos, líderes de seitas religiosas e políticos do sexo masculino em vários partidos políticos.

No entanto, as mobilizações iniciais dos homens permaneceram limitadas até o reposicionamento estratégico em 2019. Embora não houvesse menção à Convenção de Istambul antes de 2019, esses homens mudaram seu foco e reformularam suas demandas ao 1) rotular não apenas as relações entre pessoas do mesmo sexo, mas também a independência das mulheres em relação aos homens como a maior ameaça ao caráter turco e muçulmano da estrutura familiar; 2) enfatizar o significado de tal estrutura familiar para a existência material e social da população turca e muçulmana; e 3) repetir a conhecida ilusão de que o Ocidente pretende arruinar a Turquia. Com a adoção desta nova estratégia, a solidariedade previamente estabelecida entre estes grupos de homens “comuns” e homens do regime funcionou eficazmente e acelerou a sua influência não só sobre a liderança do Partido da Justiça e Desenvolvimento, mas também sobre o principal partido da coligação (Partido do Movimento Nacionalista) e um partido da oposição (Partido Felicidade). Diante de uma forte reação das mulheres, a decisão de retirada do Estado não foi tão direta. No entanto, em março de 2021, Erdogan anunciou oficialmente a retirada, alegando que a Convenção é manipulada para normalizar a homossexualidade, o que é incompatível com os valores sociais e familiares da Turquia.

O caso da Convenção de Istambul mostra que o movimento pelos direitos dos homens inicialmente (2015-2018) não conseguiu aumentar sua influência sobre o Estado apesar dos esforços dos homens do regime. Nessa fase inicial, a forte resistência das mulheres impediu suas demandas. Com a adoção da agenda racista muçulmana turca (desde 2019), os homens do regime têm desempenhado um papel significativo no aumento da influência dos atores patriarcais, fortalecendo assim o Estado patriarcal doméstico. Essa avaliação contribui para o estudo do regime de gênero ao 1) investigar diversos grupos que constituem os atores políticos patriarcais, especialmente nos contextos do Sul Global; e 2) explorar as maneiras pelas quais a interação entre múltiplas agendas estatais aumenta a capacidade de negociação coletiva dos homens. ■

Contato com Ece Kocabıçak <Ece.Kocabicak@open.ac.uk>

> Um regime de gênero do Sul da Europa?

por **Alba Alonso**, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, **Rossella Ciccia**, Universidade de Oxford, Reino Unido e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RC02) e Pobreza, Bem-Estar Social e Política Social (RC19), e **Emanuela Lombardo**, Universidade Complutense de Madrid, Espanha



Espanha e Itália são muitas vezes agrupadas como pertencentes ao modelo doméstico ou conservador de regimes de gênero. No entanto, nas últimas décadas os dois países mostraram sinais de hibridização e tornaram-se cada vez mais diferentes. Crédito: Granata92/Wikimedia Commons.

Como podemos entender as diferenças no regime de gênero dos Estados do sul da Europa? O que explica as diferentes trajetórias dos regimes de gênero? Espanha e Itália são frequentemente agrupadas como pertencentes ao modelo doméstico ou conservador devido ao seu legado compartilhado de autoritarismo e à natureza familiar de seu Estado de bem-estar social, que entrincheira relações de gênero desiguais e restringe o acesso das mulheres à esfera pública. No entanto, nas últimas décadas, os dois países mostraram sinais de hibridização e tornaram-se cada vez mais diferentes, com a Espanha caminhando para uma forma mais pública, enquanto na Itália o ritmo da mudança tem sido muito mais lento, e na direção de uma privatização ainda maior de seu regime de gênero.

Argumentamos que a política e os processos da sociedade civil são um “motor” crucial da mudança dos regimes de gênero. A dinâmica entre a política e a sociedade civil tem sido analisada pela literatura sobre feminismo estatal, na qual estudos de democracias pós-industriais ocidentais exploraram até que ponto o feminismo estatal promove a representação democrática e substancial dos interesses das mulheres, e a relevância das alianças entre movimentos feministas e agências

políticas femininas para debates políticos de gênero. Características do sistema político-partidário, legados institucionais, constelações de atores a favor e contra a igualdade de gênero, o papel da religião organizada, a representação política das mulheres e as ideias sociais predominantes sobre papéis de gênero complementam o papel do feminismo estatal e do movimento das mulheres, criando configurações específicas de fatores de interação que produzem variações nas trajetórias dos regimes de gênero.

Nosso estudo desafia a existência de um modelo de regime de gênero do sul da Europa que se encaixe em todos os países dessa área. A análise das trajetórias das políticas de igualdade de gênero na Itália e na Espanha nos anos 2000, em referência aos antigos legados de institucionalização da igualdade de gênero, mostra que os dois países do Sul da Europa não podem ser agrupados sob o mesmo modelo porque divergem significativamente em seu regime de gênero: enquanto o regime de gênero espanhol se tornou cada vez mais público, movendo-se entre formas social-democrata-progressista e neoliberal-conservadora, dependendo da cor do partido no governo, o regime de gênero italiano permanece mais doméstico e conservador.

> Dinâmica na política e na sociedade civil

As variações no regime de gênero são crucialmente afetadas pela dinâmica dentro e entre os domínios da política e da sociedade civil. Os principais fatores que permitem a nossa avaliação do regime de gênero na Itália e na Espanha na política são: 1) um sistema político-partidário mais hostil na Itália do que na Espanha, dada a força dos principais partidos de centro-direita na Itália; a presença de partidos de centro-esquerda mais proativos na igualdade de gênero na Espanha; e a crescente força dos partidos populistas radicais de direita mais fortes e com papéis governamentais na Itália a partir dos anos 1990, mas só agora emergindo na Espanha; 2) a profundidade da democracia: a representação política das mulheres é muito baixa na Itália com 11% até 2018 em comparação com a Espanha, onde está em torno de 40% desde 2007; 3) a interferência da religião



organizada na *política*: o Vaticano e sua sociedade civil e aliados políticos têm um acesso mais direto ao Estado e um efeito prejudicial à igualdade na Itália do que na Espanha; 4) feminismo estatal e triângulos de veludo (ou seja, interações entre formuladores de políticas, acadêmicos feministas e especialistas e movimentos feministas): A Itália em comparação com a Espanha apresenta uma fraca institucionalização da igualdade de gênero e alianças mais fracas entre ativistas feministas, legisladores, femocratas e acadêmicos; 5) O federalismo é uma força progressista na Espanha, desencadeando a inovação política na igualdade de gênero entre as regiões e entre as regiões e o Estado central, enquanto não é o caso na Itália; 6) o familismo como característica do sistema de bem-estar social tem permanecido mais forte na Itália em comparação com a Espanha.

Para a *sociedade civil*, fatores cruciais que afetam nossa avaliação são os seguintes: 1) o tipo de movimento das mulheres: na Itália, basear-se mais na diferença do que na igualdade e menor orientação pelo Estado do que na Espanha, onde a presença de femocratas e feministas dentro dos partidos de esquerda garantiu a continuidade no desenvolvimento da política de igualdade de gênero; 2) a força dos movimentos antigênero e seu apoio de atores políticos formais: este é maior na Itália do que na Espanha, com importantes laços entre movimentos e partidos radicais de direita-populistas no governo, enquanto na Espanha essa conexão política é um fenômeno mais recente; 3) conhecimento: enquanto a opinião pública espanhola evolui para ideias progressistas sobre papéis de gênero e maior secularização, na Itália prevalece o conservadorismo na cultura política e na sociedade.

No geral, fatores que pressionam as políticas de igualdade de gênero têm exercido uma maior pressão em relação a um regime público de gênero na Espanha, enquanto as forças conservadoras e antigênero tanto na política quanto na sociedade civil determinaram um contexto mais hostil para o desenvolvimento de um regime de gênero público e progressista na Itália. A permanência de ideias conservadoras sobre papéis de gênero na família, emprego e política influencia a permanência das estruturas familiares tradicionais na Itália, enquanto a Espanha está caminhando para um modelo de dupla renda. A religião organizada tem uma influência prejudicial mais forte sobre o regime de gênero da Itália também, com a maior secularização da sociedade espanhola em comparação com a italiana ter permitido à Espanha um maior progresso na igualdade de gênero.

Este estudo comparativo chegou a conclusões sobre os regimes de gênero divergentes da Itália e da Espanha através do foco na interação entre a política e os domínios da sociedade civil como motores de mudança. Estudos futuros precisarão levar em conta a interação com outros domínios cruciais, como a economia, a violência, o conhecimento e questões relacionadas ao corpo e à sexualidade, para fornecer uma compreensão mais abrangente das diferenças entre os regimes de gênero do sul da Europa que desafiam tipologias gerais, menos precisas. ■

Contato com Emanuela Lombardo <elombardo@cps.ucm.es>

> Uma crise muito longe?

O regime de gênero da UE pós-Covid

por **Roberta Guerrina**, Universidade de Bristol, Reino Unido, **Heather MacRae**, Universidade York, Canadá, e **Annick Masselot**, Universidade de Canterbury, Nova Zelândia.

A pandemia, mais do que as crises anteriores, destacou o papel crucial desempenhado pelas mulheres na sustentação da economia e do tecido social na União Europeia. Ilustração por Arbu.



2020 será lembrado como o ano em que o mundo desacelerou. Para muitos comentaristas, a disseminação da Covid-19 lançou em desordem as certezas sociais, políticas e econômicas estabelecidas e as normas que guiavam a economia política global. Outros viram essa crise como uma oportunidade para refletir sobre nosso impacto no planeta e a natureza interconectada das estruturas sociopolíticas. Para a UE, já abalada por várias outras crises, a pandemia representa um dilema existencial: esta é a crise que abre as portas para a desintegração, ou é uma oportunidade de vislumbrar uma União nova e mais inclusiva? Mais claramente para nossa análise, qual é o papel da UE como ator de gênero pós-pandemia? E, qual é o futuro do gênero da UE?

O impacto racializado e de gênero das crises dentro das fronteiras da UE, bem como o papel da UE como ator de gênero e sua implantação estratégica do discurso de igualdade pelas instituições foram bem documentados. O impacto da atual polícrise, ou seja, o processo pelo qual múltiplas e sobrepostas crises se fundem em um “estado de ser”, no regime de gênero da UE, ressalta uma conjuntura crítica, talvez mais significativa do que as anteriores. Para Sylvia Walby, sob a pressão dessas múltiplas crises, o regime de gênero da UE está passando de social-democrata para um regime público de gênero mais neoliberal em alguns aspectos, embora com tendências contrárias em outros. Em termos de nossa análise, esta polícrise representa um teste dos valores e identidade da UE, especialmente em relação ao papel atribuído pela UE como ator de gênero dentro de suas próprias fronteiras, bem como para seus parceiros externos e vizinhos.

>>

> Uma longa história de crise

A história da integração europeia é de crise. Essas crises e seus assentamentos pós-crise são tipicamente mitologizados como tendo aberto oportunidades econômicas e criado novos espaços políticos. Como estudiosos da UE, aprendemos que o projeto de integração europeia tem suas raízes na complexa dinâmica geopolítica da Europa do século XX; Como uma fênix que se ergueu das cinzas da Europa devastada pela guerra, a UE ajudou a garantir a paz no continente durante quase 70 anos. É claro que é uma história parcial. Ignora as falhas da União Europeia para lidar com o conflito nos Balcãs, bem como o impacto do mercado único nas economias mais fracas do bloco. Além disso, a adoção de uma lente feminista interseccional revela que tais oportunidades não são igualmente acessíveis a todos. Em vez disso, as sucessivas crises deixaram de lado outras preocupações fundamentais sobre justiça social e igualdade.

A Covid-19 é apenas a mais recente de uma série de crises. Talvez mais acentadamente do que as crises anteriores, a pandemia global tem destacado divisões racializadas e de gênero do trabalho na esfera privada, bem como na economia formal. Compreender o foco do plano de recuperação pós-Covid nos permite avaliar as principais prioridades e a visão para o futuro da economia e do regime de gênero. A questão aqui para nós é se o equilíbrio das mudanças no regime de gênero, como delineado por Walby, é para um regime menos democrático, ou se abre um espaço para imaginar um futuro mais inclusivo. O acordo pós-2020 deve, portanto, ser compreendido dentro do contexto histórico da polícrise, definida pela crise do Euro de 2008 (e política associada de austeridade), a crise humanitária em curso no Mediterrâneo e as rotas migratórias cada vez mais perigosas, e finalmente o Brexit e a ascensão de movimentos populistas antieuropeus em todo o continente.

> O regime de gênero sob a Covid-19

Durante a primeira etapa da crise da Covid-19, o foco foi uma resposta paneuropeia e a resiliência dos serviços nacionais de saúde. Profissionais de saúde, médicos e enfermeiros foram descritos como heróis por trabalhar em circunstâncias extenuantes no que foi marcado como a nova linha de frente na luta contra o vírus. Nessa fase, a saúde pública securitizou. À medida que muitas famílias reorganizavam o trabalho e a vida a serem conduzidas em casa, o peso da escolaridade e do cuidado recaiu em grande parte sobre as mulheres/mães. De fato, as

mulheres continuam a fornecer a maior parte dos cuidados não pagos, invisíveis, mas essenciais que sustentam toda a economia. A tendência paneuropeia foi, portanto, para um regime de gênero cada vez mais privado que reafirmou uma divisão tradicional de gênero do trabalho.

As medidas de saúde pública destinadas a evitar a disseminação da Covid-19 destacaram, assim, uma das falhas mais fundamentais do modelo de igualdade embutida em um regime neoliberal de gênero. O foco no acesso ao mercado de trabalho e na ativação¹ de mulheres com filhos em idade escolar tem feito muito pouco para desafiar divisões de gênero profundamente enraizadas do trabalho assistencial nos domicílios. Essa crise, mais do que as anteriores, tem destacado o papel crucial desempenhado pelas mulheres na economia, bem como a importância contínua da reprodução social para o funcionamento da economia formal. Muitos dos principais trabalhadores “lutando contra o vírus na linha de frente” como faxineiros, enfermeiros, cuidadores e médicos são mulheres. Em muitos aspectos, as respostas políticas à Covid-19 têm destacado a longevidade dos valores associados ao modelo de ganha-pão masculino. A ironia é que o trabalho que sustentou a sociedade europeia durante a pandemia global foi o tipo de trabalho subvalorizado e desrespeitado feito pelas mulheres, que é tão facilmente ignorado e tornado invisível na contabilidade oficial da economia, e por extensão no regime de gênero da UE. A aprovação da Diretiva de Equilíbrio entre Vida Profissional e Trabalho da UE em 2019 parece ter feito pouco para mitigar o impacto negativo da dupla carga sobre os cuidadores durante a pandemia global. No entanto, é uma plataforma para o surgimento de uma “política de cuidados da UE” a ser incluída no Plano de Recuperação pós-Covid da UE.

Qual será o impacto da polícrise no regime de gênero da UE? O Plano de Recuperação da Comissão Europeia é uma oportunidade para pensar sobre o tipo de organização que a UE será. Essa visão inclui uma clara ambição, com um orçamento igualmente ambicioso, de apoiar uma “transição justa” e recuperação. A pergunta que permanece sem resposta diz respeito ao impacto desse investimento no regime de gênero da UE e em seus domínios constituintes. ■

Contato com Roberta Guerrina <roberta.guerrina@bristol.ac.uk>

1. [Nota do tradutor] O termo se refere às políticas de incentivo aos desempregados. Ver mais em: < https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/european-semester-thematic-factsheet_active-labour-market-policies_en_0.pdf >

> Brincando com fogo: a sociologia das masculinidades

por **Raewyn Connell**, Professora Emérita, Universidade de Sydney, Austrália, e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Mulheres e Sociedade (RC32) e Análise Conceitual e Terminológica (RC35)



Estátua moderna de Gilgamesh no campus da Universidade de Sydney. Gilgamesh é retratado aqui ileso depois de lutar contra o leão que ele segura na mão. Crédito: Gwil5083/Creative Commons.

Perguntas sobre masculinidades diferentes maneiras de ocupar a posição social de um homem não são de forma alguma novas. O épico sumério-acadiano de *Gilgamesh*, há quatro mil anos, contava a história de duas masculinidades contrastantes, a realeza urbana de *Gilgamesh* e o selvagem *Enkidu*. O grande clássico da literatura helênica, a *Ilíada*, falava do amor entre Pároclus, o camarada impulsivo e inadequado, e Aquiles, o assassino amargo e eficiente. Na verdade, essa relação era a dobradiça da história de Homero.

A sociologia moderna das masculinidades não depende de lendas, embora devemos lembrar de sua profunda formação cultural em histórias de poder, violência e

camaradagem. Como lembra o psicólogo sul-africano Kopano Ratele, é fácil simplificar demais a masculinidade “tradicional”. As tradições reais são múltiplas, complexas e contestadas.

> Emergência: de papéis sexuais à teoria estrutural

O significado da masculinidade pode ser colocado em dúvida pelas crises sociais, da conquista colonial ao desemprego em massa, e pelos desafios dos movimentos das mulheres. Não é de surpreender que as explorações psicanalíticas pioneiras da masculinidade (por Freud, Jung e, acima de tudo, Adler) coincidiram com o movimento de sufrágio das mulheres e com a ideia da “nova mulher” na Europa Central. Esta foi a sociedade que produziu a primeira teoria sociológica de gênero em larga escala, desenvolvida pela educadora feminista alemã Mathilde Vaerting.

Um ponto de virada para a pesquisa moderna sobre masculinidade foi o movimento global de libertação das mulheres na década de 1970. Naquela época, o principal quadro sociocientífico para a compreensão de gênero era a ideia de “papéis sexuais”. Essa continua sendo uma ideia familiar na mídia de massa, na psicologia social e em áreas práticas como educação e trabalho em saúde. O desenvolvimento da masculinidade pode ser interpretado como o aprendizado de um papel sexual, enquanto o tabagismo, a má alimentação e os acidentes de trânsito entre os jovens podem ser vistos como consequências das normas do papel masculino.

A ideia de papéis sexuais é uma primeira aproximação útil de uma análise social de gênero. Ela fornece uma alternativa clara à crença de que a masculinidade e a feminilidade são fixadas pela genética ou por Deus. Chama a atenção para os agentes (pais, mídia de massa, etc.) que definem as normas e influenciam o aprendizado. O conceito reconhece que os papéis sexuais podem mudar se as normas sociais que os regem mudarem. Na década de 1970, muitos grupos feministas se propuseram a mudar as normas para o papel feminino. Alguns ativistas tentaram fazer o mesmo pelo papel masculino, falando da “libertação dos homens” ao lado da libertação das mulheres. Nos Estados Unidos, essa agenda influenciou uma organização nacional progressista para homens formada entre 1981 e 1982.



Mas sérias fraquezas no conceito de papel sexual logo se tornaram aparentes. Geralmente se presumia que havia um papel masculino e um papel feminino em qualquer sociedade. Pesquisas empíricas mostraram repetidamente múltiplos padrões de gênero. A teoria dos papéis não poderia explicar as enormes diferenças de gênero na riqueza, renda e propriedade da terra que existem na maioria das partes do mundo. Na melhor das hipóteses, poderia mostrar ajustes na desigualdade econômica. A teoria do papel sexual, finalmente, teve grande dificuldade com questões de poder e violência.

Na década de 1980, cientistas sociais de vários países estavam tentando trabalhar além da abordagem papel/norma. Trataram o gênero como uma estrutura social em larga escala, envolvendo economias e Estados, bem como famílias e relações interpessoais. Ao mesmo tempo, imagens mais complexas da masculinidade estavam sendo construídas, atraindo ideias dos movimentos de libertação gay e direitos civis, bem como da libertação das mulheres. Os sociólogos também se basearam na psicanálise, na etnografia e na pesquisa quantitativa.

Em 1985, Sigrid Metz-Göckel e Ursula Müller publicaram *Der Mann*, relatando uma pesquisa nacional sobre a vida e as atitudes dos homens na Alemanha. No mesmo ano, uma equipe australiana publicou o manifesto “*Toward a new sociology of masculinity*”, e três sessões sobre “estudos masculinos” foram realizadas na conferência da organização ativista nos Estados Unidos. Mesmo antes disso, Ashis Nandy na Índia publicou seu brilhante relato da construção de masculinidades no colonialismo, *The Intimate Enemy* (1983).

> O terreno global

Dentro de uma década, um campo de pesquisa foi estabelecido, variadamente conhecido como “estudos de homens” (em paralelo com “estudos de mulheres”), “*Männerforschung*” (pesquisa sobre homens) em alemão, “estudos de masculinidade”, “estudos críticos sobre homens e masculinidade”, ou frases semelhantes. Seus centros iniciais foram em universidades de países e regiões ricas: Alemanha, Escandinávia, Reino Unido, EUA e Austrália. As universidades não criaram departamentos de estudos masculinos. Em vez disso, o ensino sobre masculinidade era geralmente feito em programas mais amplos de estudos de gênero, ou em cursos de gênero em departamentos de sociologia, história, literatura e outras ciências humanas.

Durante a década de 1990 e depois, foram criadas revistas especializadas; existem agora oito periódicos de pesquisa que lidam com masculinidades, publicados em cinco países diferentes. Houve várias iniciativas para a formação de centros de pesquisa especializados, mas apenas algumas continuaram. Conferências de pesquisadores, no entanto, têm sido frequentes desde a década de 1990. Em um poderoso feito de bibliografia, uma extensa lista de publicações tem sido mantida *online*

desde 1992, coordenada por Michael Flood na Austrália; é de acesso aberto em www.xyonline.net.

As discussões foram internacionais desde o início, e o campo de pesquisa rapidamente se tornou global. Na virada do século, não apenas artigos individuais, mas coleções inteiras de pesquisas sobre masculinidades haviam aparecido, ou estavam prestes a aparecer, em Índia, Chile, Brasil, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, África do Sul, Austrália, Japão e países nórdicos. Pesquisas com homens para prevenção da violência têm sido patrocinadas em escala multinacional por agências das Nações Unidas, por exemplo, em países do Sul e Sudeste da Ásia. Mais coleções multipaíses surgiram, abrangendo campos como masculinidade e esporte, masculinidades em desastres e masculinidades indígenas.

Neste esforço mundial, o programa mais sustentado de pesquisa de masculinidades é a série de conferências internacionais, livros e projetos de pesquisa organizados por José Olavarría, Teresa Valdés e seus colegas no Chile. Este programa funciona produtivamente há mais de vinte anos, e recentemente foi celebrado com um volume de aniversário *Masculinidades en América Latina: Veinte años de estudios y políticas para la igualdad de género*.

O campo sempre teve um lado prático. A ligação inicial com os movimentos de libertação significava um interesse em mudar masculinidades e contestar a opressão. Muitos programas para reduzir a violência de gênero foram lançados, combinando pesquisa e ativismo como essa tarefa tem sido difícil. Pesquisas de masculinidade rapidamente encontraram aplicações em áreas profissionais, incluindo a formação de meninos, aconselhamento e psicoterapia, e questões relacionadas à saúde dos homens (incluindo dieta, prevenção de acidentes, tabagismo, consumo de álcool, estresse no local de trabalho e doenças sexualmente transmissíveis).

> Mudando ideias sobre masculinidades

Nenhum campo de pesquisa pode permanecer estático; a pesquisa é, afinal, projetada para ampliar e rever nossos conhecimentos. Nos últimos quarenta anos, a pesquisa de masculinidades tem visto debates, mudanças e, às vezes, choques.

Um dos debates diz respeito ao conceito sociológico de “masculinidade hegemônica”. Essa ideia foi introduzida durante a década de 1980 em uma análise estrutural, conectando a hierarquia entre masculinidades com as desigualdades globais entre homens e mulheres. Desde então, a ideia de masculinidade hegemônica tem sido frequentemente utilizada sem a análise de fundo da estrutura social. Apesar dessa simplificação, o conceito tem ajudado a manter a pesquisa de masculinidade consciente do poder e da desigualdade nas relações de gênero. Tem sido, portanto, de valor em pesquisas sobre elites masculinizadas, bem como em estudos de escolas, locais de trabalho e mídia de massa.

Mas podemos enfatizar demais a determinação estrutural. Em resposta a esse problema, tem havido mais ênfase na flexibilidade na definição e prática das masculinidades. Abordagens pós-estruturalistas que entendem o gênero principalmente em termos discursivos têm apoiado isso. Particularmente interessantes são as sugestões de que as formas hegemônicas de masculinidade podem mudar adotando aspectos de masculinidades subordinadas. Essa ideia deu origem ao conceito de “masculinidades híbridas”, o que é útil para entender como as ordens de gênero mudam.

A questão da mudança levanta um tema estrategicamente importante. Como teorizamos formas mais igualitárias de masculinidade, que, podemos esperar, prefiguram formas de os homens viverem em uma sociedade igualitária de gênero? Desde os primeiros dias tem havido uma dispersão de tais pesquisas. Pesquisadores têm olhado para masculinidades sendo reimaginado no movimento ambientalista, em maridos compartilhando o trabalho doméstico em “famílias justas”, em trabalhadores que se tornam maridos domésticos, em jovens praticando paternidade mais engajada, em soldados que se tornam ativistas pela paz. Pesquisas de atitudes sociais em vários países têm encontrado mais compromisso com a igualdade entre mulheres e homens, e mais aceitação dos homens gays, nas gerações mais jovens. Se devemos pensar nesses padrões como *uma* nova forma de masculinidade é discutível. Mas é importante saber que a pesquisa produz histórias de mudanças positivas, bem como histórias de violência e opressão.

> Complicando a imagem do mundo

Como muitos outros campos da sociologia, o estudo das masculinidades tem sido influenciado pela ideia de interseccionalidade. Pesquisas sobre masculinidades há muito reconheceram diferenças culturais, especialmente em relação à classe social. O estudo de Paul Willis sobre jovens da classe trabalhadora britânica em *Learning to Labour* (1977) é um exemplo notável. Questões de etnia, raça e indigeneidade entraram mais em foco nas últimas décadas.

“Interseccionalidade” forneceu um nome para hierarquias sociais transversais, mas a metáfora geométrica muitas vezes produziu um quadro estático de diferença. Trabalhos recentes, como *Les couleurs de la masculinité* (2018), de Mara Viveros Vigoya, baseados em sua pesquisa na Colômbia, mostram como um tratamento historicamente dinâmico da interseccionalidade pode iluminar as realidades do poder, da opressão e da luta social.

Muito importante para o futuro do campo, a pesquisa social sobre homens e masculinidades está incorporando perspectivas mais pós-coloniais, decoloniais, indígenas e globais do Sul. Durante uma década, os estudos sobre masculinidades no colonialismo por Ashis Nandy na Índia

e Jock Phillips em Aotearoa Nova Zelândia permaneceram praticamente sozinhos. Este campo da história é agora muito mais rico. Há também uma crescente riqueza de pesquisas, etnografias, estudos institucionais e teorização sobre masculinidade de países pós-coloniais e semi-periféricos. Temos agora, especialmente da América Latina, o início de um relato geral de como o imperialismo, a colonização e a dependência pós-colonial moldaram a realização de masculinidades.

> A política do conhecimento

Chamei este artigo de “brincando com fogo” porque pesquisas sérias sobre masculinidades provavelmente esbarrarão em interesses poderosos. A pesquisa e a teoria social são geralmente perigosas para as crenças convencionais que protegem as hierarquias sociais. Isso não é um assunto menor. Quando olhamos para os grupos mais poderosos do mundo bilionários, gerentes corporativos transnacionais, gerais, elites políticas, autoridades religiosas, estamos olhando para grupos fortemente masculinizados. A reação negativa não seria surpreendente, e a reação veio.

Os livros mais vendidos sobre masculinidade não são a literatura baseada em pesquisa; em vez disso, são celebrações da psicologia pop de uma “verdadeira masculinidade” imaginária. A primeira bolsa que recebi para pesquisas empíricas sobre masculinidades, na década de 1980, foi atacada por políticos conservadores no parlamento nacional. Todo o campo dos estudos de gênero foi recentemente banido das universidades pelo governo autoritário da Hungria. Outros governos estão promovendo o desfinanciamento das ciências humanas e sociais em geral. Ataques à “teoria de gênero” vieram recentemente de ultraconservadores na Igreja Católica, em uma campanha que agora se espalhou internacionalmente entre partidos e movimentos de direita.

Portanto, este não é um campo pacífico para os pesquisadores! Mas uma compreensão mais profunda das masculinidades importa, tanto para as ciências sociais quanto para as lutas pela justiça social. É parte necessária do estudo de gênero e sexualidade, e de pesquisas em áreas que vão desde estudos familiares até sociologia industrial. O conhecimento sobre masculinidades nos ajuda a entender tanto as pressões para a mudança social quanto as resistências à mudança. Esse campo do conhecimento oferece aos sociólogos novas conexões com movimentos sociais e práticas profissionais. Talvez o mais importante, estudar masculinidades adicionou uma nova dimensão à nossa compreensão sobre o poder, e como o poder se torna incorporado na vida cotidiana. É importante que este trabalho continue. ■

Contato com Raewyn Connell <raewyn.connell@sydney.edu.au>

> Homenagens à Mona Abaza (1959-2021)

por Michael Burawoy, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



Mona Abaza em sua sala na Universidade Americana do Cairo.



Mona Abaza na exposição de suas fotos de seu livro, *The Cotton Plantation Remembered*.

Em 5 de julho de 2021, o mundo perdeu uma de suas grandes sociólogas. Depois de lutar contra o câncer por mais de dois anos, Mona Abaza sucumbiu. Até o fim, ela estava determinada a viver sua vida ao máximo, até o fim ela seguiu o fluxo e o refluxo da política e da pandemia; até o fim ela acompanhou a vida de seus amigos. Sofrendo de dores intermináveis, tendo perdido o funcionamento de vários órgãos, ela continuou ensinando seus alunos na Universidade Americana no Cairo a partir de sua cama em Berlim. Ao longo de sua carreira vibrante, sua escrita abrangeu temas como mulheres no Egito rural, a relação entre o Islã e o Ocidente, a cultura de consumo urbano, a pintura egípcia e a Primavera Árabe.

Sua sociologia foi uma forma de

arte trazida à perfeição em seus dois últimos livros. *The Cotton Plantation Remembered* (2013) é uma história da propriedade de sua família, lindamente fotografada e amorosamente narrada através dos olhos e vozes de seus contadores, funcionários, trabalhadores e camponeses, extraídas de conversas e entrevistas que se estenderam por várias décadas. Seu último livro, *Cairo Collages* (2020) é uma interpretação lírica da vida em uma cidade impossível durante a década após a revolução de janeiro de 2011. Capturando vividamente os dramas que se desenrolam dentro e fora de seu edifício no coração do Cairo, seu trabalho de gênio etnográfico gira em torno do elevador com seus colapsos incessantes e tentativas igualmente incessantes de restauração, uma metáfora para a cidade como um

todo – uma mistura mágica de utopia e distopia.

Fluente em inglês, francês e alemão, bem como árabe, ela era a grande conectora, transbordando classificações puras – Norte-Sul, Leste-Oeste, local-cosmopolitano – sempre generosa e simpática à situação dos outros. Ela era uma amiga próxima do Diálogo Global que publicou seus relatos sobre a ascensão e queda da Primavera Árabe, ilustradas com suas fotos inesquecíveis, começando com [“Revolutionary Moments in Tahrir Square,”](#) passando por [“The War of the Walls,”](#) [“The Violence of Egypt’s Counter-Revolution”](#) e terminando com uma entrevista sobre [“The Fate of Post-Revolutionary Egypt.”](#) A seguir, publicamos algumas homenagens de amigos e colegas. ■

por Vineeta Sinha, Universidade Nacional de Cingapura, Cingapura

Para mim, a morte de Mona Abaza é uma perda que é impossível de registrar em palavras. Eu a conhecia desde a época em que ela viveu em Cingapura, durante a fase de sua pesquisa no Sudeste Asiático. Uma socióloga excepcional, ativista, estudiosa feminista – uma mentora

que inspirou colegas e estudantes – cujo falecimento deixou um vazio imensurável. Sem dúvida, sua erudição comprometida, incisiva e apaixonada foi pioneira. Sua posição internacional como uma respeitada estudiosa global foi alcançada em um período em que a academia de todo o mundo lutou para lidar com

histórias de preconceitos de gênero, raça e religião. Mona era incansável, exalando energia infinita e uma generosidade de espírito – mesmo quando enfrentou suas próprias lutas pessoais. O que eu mais admirava em Mona era sua visão de uma humanidade inclusiva que era sensível a histórias de discriminação



e resquícios de preconceito. Ela teve a convicção e coragem para falar e agir contra as atrocidades que testemunhou. Eu interagi com Mona nos últimos anos em reuniões da ISA em diferentes partes do mundo, onde eu continuei a vê-la estender uma humanidade simples que falava muito

sobre seu cuidado e preocupação, especialmente para os mais jovens e mulheres estudiosos do Sul Global. Ela foi um modelo inspirador e mentora como uma estudiosa feminista comprometida em reconfigurar a sexualidade, o gênero e a dinâmica de poder que continuam a marcar

profundamente nossos mundos sociais. Acima de tudo, sentirei falta dos olhos cintilantes de Mona, seu sorriso contagiante e sua vontade de sempre escapar de uma sessão de conferência maçante para roubar uma xícara de café com um amigo. Descanse em paz Mona – você faz muita falta. ■

por **Bryan Turner**, Universidade Católica Australiana, Austrália

Mona era uma intelectual carismática deslumbrante cuja gama de interesses desafiava a descrição fácil. Sua morte prematura é um triste golpe para amigos, estudantes, universidade americana no Cairo e o mundo acadêmico. Tive sorte que minha própria vida muitas vezes se cruzou com a trajetória de Mona – Adelaide na Austrália, Bielefeld na Alemanha, Holanda, Cambridge na Inglaterra,

Cairo e Cingapura. Ela publicou frequentemente seu trabalho em *Teoria, Cultura & Sociedade* – a principal revista britânica em estudos culturais – mas sua pesquisa também englobava temas como a história da plantação de algodão em 2013. Com um PhD pela Universidade de Bielefeld em 1990 e um domínio de várias línguas, Mona era uma verdadeira cosmopolita cujo trabalho e vida juntaram Oriente e Ocidente. Muitos estudiosos do

Islã frequentemente se concentram exclusivamente no Oriente Médio, enquanto seu próprio trabalho desde o início combinava e abordava as interconexões entre Egito, Malásia e Indonésia. Sua primeira grande publicação – *Debates on Islam and Knowledge in Malaysia and Egypt* – em 2002 estava anos-luz à frente do campo em seu exame da “Islamização do Conhecimento”. O tema, é claro, continua a crescer em importância. ■

por **Suad Joseph**, Universidade da Califórnia, Davis, EUA

Conheci Mona Abaza há mais de vinte anos, quando estava no mesmo departamento enquanto era, por dois anos, o diretor do Programa de Educação no Exterior da Universidade da Califórnia na Universidade Americana no Cairo. Ela parecia um ato de desaparecimento para mim. Ela era tão distinta, tão requisitada, que estava constantemente saindo para viajar, por convite, para palestras e outras homenagens. Em momentos de descanso, quando tivemos a chance de conversar mais tranquilamente, durante o jantar, na casa de amigos em comum, ela me surpreendeu com seu brilho, suas percepções sociológicas, sua paixão pelas coisas do Egito e da região árabe. Esse compromisso crítico mostrou-se brilhantemente durante os protestos de 2011 no

Egito. Ela, como milhões de outros, participou de um dos momentos mais esperançosos do Egito moderno e da região árabe; ela se destacou por seu engajamento político e acadêmico simultâneo. O que os manifestantes criaram como uma linguagem inventiva da comunicação revolucionária, Mona tomou como tema de estudo e investigação – o grafite que gritava nas paredes dos edifícios ao redor da Praça Tahrir, como se fossem chifres de touro chamando as pessoas a falar. Ela caminhava pela praça, diariamente, fotografava o grafite para gravar as vozes da revolta, marcando um momento histórico que capturou a imaginação, a esperança, o espírito dos milhões egípcios. Quando eu visitei, ela me acompanhou ao redor de Tahrir, pelas ruas próximas à praça, descrevendo aquela criatividade que

luta para falar e ser ouvida. Ela gravou. Ela documentou. Ela se registrou. Ela transformou a arte em história. Fiquei comovido com sua narração e sua compreensão da luta revolucionária e seu abraço da vontade de empoderar o egípcio cotidiano.

Anos depois, eu e minha coeditora, Zeina Zaatari, a convidamos para contribuir com nosso *Handbook of Middle East Women* (Routledge). Ela já estava doente. No entanto, com dor, ela escreveu. Submetemos o livro para revisão, poucas semanas antes de ela morrer. Ela tinha desaparecido. Mas tivemos seu capítulo brilhante. Sua amada filha, Laura Stauth, concordou em trabalhar conosco em todas as revisões necessárias. Mona desapareceu, de novo. Mas nós temos ela. Temos ela em seus escritos que estarão conosco, sempre. ■

por **Paul Amar**, Universidade da Califórnia, Santa Barbara, EUA

Mona Abaza fornece um modelo global para a ponte das lacunas mais incapacitantes na sociologia tradicional centrada no Ocidente, que cinde o rural do urbano, os assuntos econômicos dos assuntos religiosos e o material da estética. Por essa razão, o trabalho de Mona é uma revolução nos campos da sociologia. Em suas mãos, uma síntese egípcia se torna uma visão para a sociologia do século 21 como um todo. O número de monografias de livros que

ela publicou é impressionante. Cada uma oferece uma contribuição para a formação do campo. Sua sociologia urbana da cultura do consumidor é enriquecida com antropologia econômica de espaços contenciosos e mercantilizados. Sua sociologia rural traz novas perspectivas sobre gênero e classe através do estudo comparativo do Islã cotidiano em diferentes partes do mundo (Malásia, Europa, Oriente Médio). Sua sociologia da arte é infundida com perspectivas vernáculas de “rua”, inventando

métodos reflexivos para analisar memória, luto e memorialização. Essas três intervenções de formação de campo se cruzam e impulsionam umas às outras de forma dinâmica e inspiradora. Mona não era apenas uma estudiosa de grande distinção; ela era uma mentora incrivelmente generosa. Suas aulas eram lendárias, acolhendo estudiosos estrangeiros, moldando o departamento da Universidade Americana no Cairo, colocando-o no mapa em todo o mundo. ■

por **Syed Farid Alatas**, Universidade Nacional de Cingapura, Cingapura

Mona era uma estudiosa excepcional, uma amiga preocupada e comprometida, e uma pessoa maravilhosa. Sua morte me lembrou da preciosidade de amizades próximas e calorosas, sem as quais a erudição pode ser sem sentido e alienante.

Para mim, a erudição de Mona, que cobria muitos temas, não era apenas brilhante e perspicaz. Isso me tocou de uma forma muito pessoal. Sua primeira pesquisa examinou criticamente a produção de

conhecimento no Egito e na Malásia. Este foco era único e ela estava entre os poucos estudiosos que tinham um interesse sério tanto em sua própria região, no mundo árabe, quanto no Arquipélago Malaio-Indonésio. A pesquisa Sul-Sul e as interações que ela cria são muito comentadas hoje no contexto da decolonização do conhecimento, mas Mona já estava nisso há 30 anos.

Minha memória mais duradoura de Mona é da época em que falei com ela por telefone em 2020. Ela estava

em tratamento em Berlim. Apesar de sua grave doença, ela tinha a presença de espírito e preocupação para perguntar sobre um amigo em comum em Cingapura que também estava muito doente. Mona era uma socióloga séria e impactante, e uma mentora gentil. Mas lembro-me do melhor dela como uma pessoa adorável e compassiva. Adeus, Mona, e que você viaje com facilidade na próxima vida. ■

por **Sami Zubaida**, London School of Oriental Studies, Reino Unido

Conheci Mona há muitas décadas, desde seu tempo de estudante, depois em encontros em vários locais, como Alemanha, Holanda, Suécia, onde ela obteve sua erudição multifacetada. Sua companhia e conversa sempre foram um prazer de convívio e humor, seja sobre bebidas em Leiden, ou passeios turísticos em Lund. Acompanhei o fluxo de seus diversos projetos ao longo dos anos com grande interesse e prazer.

Fui especialmente atraído por seu vívido retrato da vida e dos eventos egípcios, ao mesmo tempo analíticos e pessoais, trazendo à tona os altos e baixos da vida urbana, desde *shoppings* a blocos residenciais até os ensaios sobre deslocamento e movimentação pela cidade, sempre com sutileza e humor, uma profunda etnografia urbana. O mais notável foi a crônica apaixonada dos eventos de Tahrir e o que se seguiu, incluindo seus estudos pio-

neiros sobre o grafite. E não apenas o urbano: suas memórias do *izba* e da aldeia de sua família, *The Cotton Plantation Remembered*, narrando a transformação da vida rural, é um bom exemplo de combinação de biografia e história. E o mais notável nas várias etnografias de Mona é sua fotografia, uma dimensão adicional de perspicácia e arte. A morte precoce de Mona é uma perda para todos nós, e para os ricos campos de esforço acadêmico. ■

Principais obras publicadas por Mona Abaza:

- *Debates on Islam and Knowledge in Malaysia and Egypt, Shifting Worlds.* Routledge Curzon Press, UK, 2002
- *Changing Consumer Cultures of Modern Egypt: Cairo's Urban Reshaping.* Brill-Leiden co-published with AUC Press, 2006.
- *Twentieth-Century Egyptian Art: The Private Collection of Sherwet Shafei.* The American University in Cairo Press, 2011.
- *The Cotton Plantation Remembered: An Egyptian Family Story.* The American University in Cairo Press, 2013.
- *Cairo collages. Everyday life practices after the event.* Manchester University Press, 2020.

> Introdução: novas direções sociologia indiana

por **Sujata Patel**, Universidade de Umea, Suécia, membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre História da Sociologia (RC08), Desenvolvimento Urbano e Regional (RC21), Sociologia Conceitual e Terminológica (RC35), Sociologia Histórica (RC56), e membro do conselho do RC08

Para compreender os atuais processos de desenvolvimento político e social, novas abordagens e direções teóricas são necessárias, uma vez que se tornaram cada vez mais estabelecidas na sociologia indiana nos últimos anos. Crédito: Evelyn Berg / flickr.



O conhecimento sociológico, na Índia, tem estado intimamente associado aos projetos políticos do colonialismo e do nacionalismo. No entanto, desde os anos 1980 e 1990, dois conjuntos de processos levaram indivíduos e grupos a adotarem uma nova linguagem de direitos e, também, a questionar a concepção de cidadania passiva articulada pelo Estado indiano. A um nível, tem havido o crescimento de movimentos sociais de mulheres, tribos, castas inferiores e grupos étnicos, e movimentos regionais de autodeterminação e subnacionalismo, bem como insurreições em Caxemira e no Nordeste da Índia; e, ao outro nível, tem havido a consolidação do majoritarismo hindu.

Esses avanços tiveram um impacto no pensamento sociológico à medida que surgiram fissuras no conteúdo de princípios sociológicos ditados pela etnografia. Uma nova geração de estudiosos ultrapassou o debate, na Índia, em torno da sociologia indígena versus sociologia ocidental, para reestruturar questões de investigação,

perspectivas e métodos de estudo. Eles perguntam o que é a sociologia, e se ela pode continuar a envolver-se com métodos coloniais e nacionalistas, tais como a etnografia, para compreender o “social” indiano. Se não, que novos métodos podem ser utilizados? Podem estes métodos promover avaliações comparativas? Por último, qual é a relação da sociologia com aqueles que são explorados, discriminados e excluídos, não só na Índia, mas em todo o mundo?

Os quatro artigos apresentados nesta seção especial sobre sociologia indiana fazem parte deste esforço para repensar as formas de compreender o novo “social” que está a ser constituído na Índia. Estes artigos interrogam os processos contemporâneos da modernidade promovidos pelo Estado-nação indiano. Exploram as clivagens e os conflitos que estes geraram, que conduziram a práticas evidentes e dissimuladas de violência contra grupos subalternos e afetaram a confiança entre indivíduos dentro e entre estes grupos. Os artigos deliberam sobre as limitações e constrangimentos que os autores enfrentaram



na aplicação da etnografia como teoria e método. Apresentam as suas dúvidas e questões, e tentam moldar novos conceitos e reflexão sobre teorias e métodos para ajudar a responder às suas questões de investigação e, assim, compreender os complexos processos de mudança que ocorrem no país.

Rakesh Krishnan sugere que o princípio da dualidade ditou políticas coloniais e pós-independência relativamente a grupos sociais de tribos que vivem no coração da Índia. Por um lado, os Estados coloniais e, mais tarde, os nacionalistas, identificaram grupos tribais em termos de territórios administrativos chamados distritos programados para proteger as suas culturas das principais regiões camponesas “civilizadas” e “estabelecidas”. Por outro lado, a crença na mudança linear e no desenvolvimento levou estes regimes a introduzir programas para integrar estes grupos em arenas civilizadas e modernas. Esta dualidade levou ao crescimento de conflitos e contradições e à afirmação de direitos soberanos pelos movimentos tribais. Para se envolver com este paradoxo, Krishnan sugere a utilização do conceito de fronteiras. Ele argumenta que um estudo da Índia central é confuso, e só uma abordagem histórica pode ajudar os sociólogos a avaliar a dialética entre o Estado e o seu povo e a desvendar os conflitos, contradições, e confusão deste encontro.

Ao contrário dos etnógrafos/antropólogos de tribos, que apoiaram políticas coloniais e nacionalistas que defendiam a dualidade, os sociólogos que fazem estudos de género abandonaram a etnografia, desde finais dos anos 1970, por uma compreensão histórica. Sneha Gole argumenta que esta abordagem permitiu aos estudos feministas, na Índia, interrogar e desestabilizar, de forma radical, a forma como as “mulheres” têm sido percebidas nos quadros colonial e nacionalista e nas conceitualizações iniciais do movimento feminino na Índia. A introdução, nos anos 1990, do debate sobre a interseccionalidade, promoveu este repensar. Gole discute a sua utilização do método da narrativa da vida, e os insights dos estudos de memória, para compreender como três gerações de feministas reavaliam as suas vidas através de uma perspectiva interseccional, reinterpretando as suas intervenções ativistas anteriores. Ela argumenta que as suas avaliações articulam formas nas quais classe, casta, sexualidade, deficiência e região se cruzam e enquadram à sua identidade feminista. Estas narrativas de vida, argumenta ela, forneceram um aparelho conceitual para a compreensão de interseccionalidades no contexto indiano.

Os dois artigos seguintes debatem formas de utilizar a etnografia em novos contextos e com novas perspectivas. Na região nordeste da Índia, cuja população foi (mais uma vez) identificada como tribos pelos britânicos, tem havido uma longa história de movimentos insurgentes. Como estes continuaram depois da Índia se tornar independente,

a nova lei marcial imposta pelo Estado, a Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas, deu, aos militares, os poderes para governar a região, tornando as pessoas que ali vivem “súditos”, em vez de “cidadãos”. Assim, Soibam Haripriya pergunta: o que é que este contexto traz à forma como praticamos a sociologia como etnografia? O aumento dos confrontos entre os militares e os insurgentes leva a um déficit de confiança e confusão no reconhecimento dos colaboradores. Além disso, as mortes indiscriminadas, baseadas em mera suspeita, tornam o campo sociológico repleto de rumores e fomentam a desconfiança mútua. Soibam argumenta que este contexto tenso oferece um grande desafio mesmo a um sociólogo nativo/insider, membro do mesmo grupo étnico/tribal. Neste contexto, ela pergunta, como pode um sociólogo que queira analisar as formas como a violência afeta as relações sociais fazer investigação? Soibam reflete sobre a metodologia de fazer trabalho de campo em sítios violentos e argumenta que uma incursão em textos literários ajuda a compreender o contexto mais graficamente do que o campo tal como definido pela etnografia.

O último artigo desta seção é de Shireen Mirza, que sugere que a etnografia pode ajudar a compreender a forma como a ideologia da casta se cruza com a modernidade. O seu trabalho etnográfico centra-se no sistema de saneamento urbano na Índia moderna, como governo que regula a poluição das castas. O seu estudo é sobre o sistema de saneamento de Mumbai, onde o município recrutou castas “poluídas”, as mais baixas da hierarquia de castas, para recolher e limpar resíduos: limpeza, varrimento, abate, e remoção de resíduos. Ela sugere que os conceitos de estigma e trabalho de casta ajudam a compreender o contexto atual em que aqueles que trabalham nesta atividade laboral se tornam significados pela poluição. Ela toma o caso dos recolhedores de lixo Dalit Muslim e Dalit Hindu para mostrar as identidades transversais de casta e religião. Este trabalho etnográfico faz com que ela interrogue o entendimento colonial que dividia as castas hindus de outras minorias. Desestabilizando noções existentes e recebidas, Mirza descreve histórias corporais de casta e estigma no departamento municipal de gestão de resíduos sólidos de Mumbai. A sua etnografia revela formas como o corpo estigmatizado é produzido como receptáculo da materialidade da casta e é configurado em relação a determinados objetos.

Estes trabalhos destacam as nuances que precisam de ser avaliadas para construir “boas práticas” no pensamento sociológico. Defendem não só uma reflexividade que possa avaliar a política de produção do conhecimento e a sua circulação, mas também afirmam a relevância das avaliações científicas para compreender o contemporâneo e para o relacionar com as preocupações da humanidade.



Contato com Sujata Patel <patel.sujata09@gmail.com>

> Desconstruindo geografias tribais na Índia Central

por **Rakesh M. Krishnan**, Universidade de Hyderabad, Índia

Neste ensaio, defendo que a sociologia histórica é vital para reforçar a compreensão sociológica das comunidades tribais. Atualmente, a literatura antropológica sobre comunidades tribais, informando a análise sociológica, carece tanto de contextualização como de uma dimensão histórica. Assim, uma recontextualização histórica comparativa de categorias de análise pode clarear os confusos enredos do mundo tribal. Defendo que a “fronteira”, como categoria, pode captar estes confusos enredos, os limites do poder do Estado e as aspirações das pessoas. Aqui, fronteira significa tanto o limite dos povoados para além dos quais o desconhecido existe, como o que é desconhecido sobre um determinado assunto ou sobre as suas atividades. Fronteira, como conceito, avalia, criticamente, a interface entre diferentes culturas de ordem social e engenharia social.

> Geografias coloniais

As noções de diferença e hierarquia ditaram as políticas coloniais relativas às comunidades tribais, grupos sociais que vivem no centro montanhoso da Índia, uma região de rios, florestas densas, e ricos recursos minerais. A expansão colonial padronizou o termo “tribo”; os governantes coloniais tomaram-no emprestado do uso africano. Classificaram estes grupos como “primitivos”, “selvagens”, e “bárbaros”, dadas as suas práticas religiosas animistas, e distinguiram-nos das comunidades camponesas de castas hindus estabelecidas. A dificuldade em governar estes “territórios selvagens”, locais de revoltas e rebeliões do início do século XIX, levou as autoridades coloniais a aprovar a Lei dos Distritos Programados de 1874. A lei colonial criou geografias distintas, onde o Estado colonial colocou e controlava as comunidades tribais como fora da sociedade civilizada. Dentro destes enclaves administrativos/geográficos, administradores coloniais e missionários embarcaram numa “missão civilizadora” para integrar as comunidades tribais. A posição subordinada das comunidades tribais, no esquema de governação colonial, rompeu o entendimento pré-colonial das comunidades tribais como pessoas e lugares fora do controlo direto do Estado.

As leis coloniais invadiram os recursos naturais e a terra das comunidades tribais, produzindo tensão nas áreas tribais. As comunidades tribais foram o primeiro grupo social a resistir ao colonialismo britânico, uma vez que o capitalismo predatório, a invasão da terra, o sedentarismo e os sistemas fiscais perturbaram o seu modo de vida. Estudiosos da administração colonial e antropólogos, através de levantamentos etnográficos, documentação e relatórios, ajudaram no projeto de instituir diferenças e hierarquias. As políticas estatais pós-independência e os estudos antropológicos continuaram a referir-se a eles como pessoas inseridas na selvageria, necessitando de ser confinadas a territórios fora das culturas civilizadas.

> Comunidades tribais e o projeto de construção da nação

No final dos anos coloniais e nos primeiros anos pós-independência, os antropólogos debateram a localização das comunidades tribais no âmbito do projeto de construção da nação. As abordagens variaram desde a ideia de um mundo de “selvagens nobres” até à assimilação com a sociedade hindu. Embora estas perspectivas traçassem estratégias diferentes, continuaram com a mesma proposta ao invés de deslocarem os entendimentos coloniais de diferença e hierarquia na conceitualização de comunidades tribais. Com a ajuda de antropólogos que estudaram tribos, o Estado aceitou, sem qualquer crítica, as categorias coloniais, vendo as comunidades tribais como grupos pré-alfabetizados em constante necessidade de ajuda por parte do Estado-nação. Mesmo as ciências sociais nacionalistas, incluindo a antropologia, não consideraram as mudanças históricas nas forças de produção e nas aspirações das pessoas dentro destas geografias. Também não interrogaram a historicidade e a relevância das diferenças e hierarquias coloniais numa sociedade pós-colonial. Assim, as comunidades tribais continuaram a ser vistas como grupos sociais subordinados, na primeira fase do ciclo evolutivo, estáticas, e resistentes à mudança. Duas estratégias ditaram as políticas subsequentes - proteção e distinção das comunidades camponesas hindus, e desenvolvimento capitalista simultâneo das áreas tribais. O Estado e as ciências sociais prosseguiram

>>

“Com a ajuda de antropólogos que estudaram tribos, o Estado aceitou, sem qualquer crítica, as categorias coloniais, vendo as comunidades tribais como grupos pré-alfabetizados em constante necessidade de ajuda por parte do Estado-nação”

o “desenvolvimento” das comunidades tribais numa base territorial, sob a forma de áreas de subplano tribal e de uma agência de desenvolvimento tribal integrado. Iniciativas educacionais, médicas e outras iniciativas de infraestruturas, proporcionaram “modernidade”, mesmo quando as comunidades tribais, nas geografias afetadas, gozavam de privilégios legais e proteção dos direitos socioculturais.

O desenvolvimento iniciado pelo governo nacionalista não inverteu a invasão pelo capital e não-tribais em áreas tribais. Além disso, a criação de parques nacionais alienou as comunidades tribais do Estado-nação. O aumento de projetos de extração de recursos naturais, como a mineração e as barragens, perfurou a paisagem tribal, desencadeando movimentos de autonomia tribal. A partir dos anos 1970, os revolucionários comunistas e as comunidades tribais, desencantadas, começaram a destacar, assertivamente, o processo de acumulação por despossessão.

Nem todas as áreas tribais se tornaram uma área programada, e nem todos os povos tribais permaneceram isolados. Algumas comunidades das colinas não receberam qualquer proteção, e as suas terras tornaram-se espaços de urbanização e turismo. Outras comunidades montanhosas e florestais perderam as suas terras para plantações e cultivo de madeira. As comunidades tribais que estavam fora dos enclaves administrativos tornaram-se trabalhadores assalariados, e as que se encontravam dentro dos enclaves permaneceram isoladas e fora do circuito da capital. Esta paisagem caótica, acentuada pela capital colonial e pós-colonial, foi inadequadamente avaliada por antropólogos/sociólogos na Índia.

> A “fronteira”: deslocamento de categorias governamentais

A sociologia das comunidades tribais extrai, fortemente, do quadro colonial, e aceita, sem qualquer crítica, o enquadramento estatal da exclusão inclusiva, um processo de exclusão simultânea da população em geral através de geografias específicas de administração e de integração por meio de estratégias educativas e outras táticas de assimilação, perpetuando diferenças e hierarquias. Limita-se, em grande parte, a avaliar políticas e programas governamentais centrados em tarefas empíricas de resolução de problemas. Neste meio, os sociólogos nacionalistas carecem de sensibilidade histórica e comparativa para compreender as questões relativas às comunidades tribais, o que faz parte do legado da imaginação sociológica hegemónica na Índia. A subordinação dos povos tribais, no enquadramento colonial e nacionalista, ocultou processos significativos, como o colapso da geografia cultural tribal, para um espaço administrativo e as distintas trajetórias da interface tribal dentro e fora destes enclaves administrativos. Esta falta de envolvimento com as categorias epistêmicas requer um dispositivo heurístico para reinserir as dimensões históricas e geográficas numa perspectiva comparativa, a fim de deslocar o poder incorporado no enquadramento do conceito de tribo. Assim, a fronteira, como conceito, permite questionar os limites da antropologia ao contextualizar a categoria de tribo dentro das geografias constituídas pelos Estados coloniais e pós-coloniais. Como categoria, a fronteira pode captar a mobilidade e o fluxo no mundo da vida tribal e a dialética confusa entre o Estado e a sua população. Além disso, como divisor entre o conhecido e o desconhecido, lembra, à sociologia nacionalista, o envolvimento com as diferenças e hierarquias instituídas pelo colonialismo e o Estado-nação pós-colonial. Assim defendido, o conceito de fronteira desfaz as ideologias subjacentes às geografias que moldam a subjetividade enraizada em grupos sociais “subordinados”, ajudando-nos, assim, a repensar as ciências sociais. ■

Contato com Rakesh M. Krishnan <rakeshmkrishnan@gmail.com>

> Interseccionalidades feministas: novas abordagens

por **Sneha Gole**, Savitribai Phule Pune University, Índia



Agitações em protesto contra a violência contra as mulheres na cidade de Gadhinglaj-Kolhapur, no estado de Maharashtra, em 2014. Crédito: Sanjeev Bonde / [Wikimedia Commons](#).

Este artigo aborda os campos feministas e a reconstituição da categoria “mulher” nos mesmos. Examinamos a forma como a interseccionalidade e a sua trajetória conceitual, particular na Índia (em comparação com o contexto da raça de gênero nos EUA), oferece novas formas de repensar o entendimento contemporâneo, através de uma aproximação metodológica dos estudos narrativos e de memória. Faço-o através da análise de narrativas de vida de ativistas feministas (participantes no movimento das mulheres) do estado de Maharashtra. Opto por privilegiar as vozes ativistas, uma vez que são as mais dedicadas na compreensão e operacionalização do tema da política feminista. As ativistas que entrevistei abrangeram três gerações da comunidade de uma língua; as entrevistas mostram que elas reenquadraram as suas próprias memórias no contexto da teoria da interseccionalidade, e na forma como ela obriga a repensar a categoria da mulher.

> Enquadrando uma “mulher” monolítica

Os quadros colonialistas e nacionalistas hegemônicos imaginavam a categoria “mulher” de uma forma particular. No quadro colonial, o estatuto da “mulher nativa” tornou-se o representante da civilização (ou falta dela), e o local para debates em torno da tradição “indígena” “autêntica”, através do confronto nacionalista entre colonizadores e homens nativos de elite. Isto levou a uma percepção das mulheres como representativas da nação, desde a Mãe

Índia até à valorização do privado contra o público como uma zona autônoma para a nação. A savarna/casta alta mulher de classe média, veio a ser a representante da mulher “indiana”. O quadro nacionalista hegemônico continuou a significar mulheres como “emblemas da cultura”; mas, o Estado pós-colonial também se dirigiu às mulheres como “setores mais fracos” da sociedade, situando-as, simultaneamente, dentro da modernidade e tradição. As mulheres foram abordadas como reprodutoras biológicas através do programa de planejamento familiar institucionalizado, ou como esposas “não trabalhadoras”, através de intervenções como mahila mandals (associações de mulheres organizadas no modo nacionalista). As mulheres da classe trabalhadora de baixa casta, bem como as distinções regionais, tal como definidas dentro das comunidades linguísticas, permaneceram invisíveis e marginais a esta formulação pós-colonial.

Nos anos 1970, uma nova fase do movimento de mulheres repensou estas categorias, argumentando a favor da experiência como um local de construção de conhecimento e de questões de primeiro plano de discriminação estrutural (entendida através de ideologias esquerdistas) e violência contra as mulheres. Esta fase do movimento desafiou a “tradição”, a divisão privado/público, e o modelamento das mulheres como símbolos da nação. Concentrou-se nas mulheres rurais e da classe trabalhadora, destacando o seu papel como exploradas por ladrilheiros e produtores. Isto desafiou os quadros nacionalistas e coloniais dominantes, mas centrou-se em

>>

tornar visíveis as mulheres (de forma monolítica), como sujeitos de desenvolvimento/modernidade, encobrendo as desigualdades entre elas.

> A passagem à interseccionalidade

Os anos 1990 marcaram uma mudança, com o discurso nacionalista percebendo mulheres através de discursos de governança e o movimento de mulheres fazendo uma mudança de *mulheres* para *gênero*. Este é o contexto em que a interseccionalidade passou a ser explicitamente operacionalizada a dois níveis: como instrumento conceitual de análise e como estratégia organizacional adotada por grupos de mulheres não partidárias, que representam vários grupos oprimidos, como, por exemplo: Dalits (a palavra literalmente significa “quebrado”, mas foi recuperada como um marcador de identidade por castas ex-tocáveis); lésbicas; muçulmanas (minorias religiosas em conflito); e OBCs (Outras classes atrasadas, castas inferiores marcadas pelo atraso social e econômico). Cada uma destas referenciou a experiência de um cruzamento particular e questionou o seu desaparecimento histórico da corrente dominante da política feminista na Índia. Apesar de ter partido de conceitualizações afro-americanas em torno do gênero racial, a interseccionalidade, na Índia, teve uma trajetória complexa, uma vez que o gênero passou a ser repensado ao longo de múltiplos eixos classe, casta, tribos, sexualidade, deficiência, comunidades linguísticas, e filiações religiosas. A teorização feminista Dalit sublinhou, de forma mais acentuada, a insustentabilidade da mulher como sujeito feminista, centrando as diferentes experiências e lutas das mulheres Dalit, especialmente como refletido no sistema de parentesco família-casamento. No entanto, a casta, como desigualdade graduada, apresenta um quadro mais complicado do que o binário de raça/classe ou savarna/Dalit e, portanto, precisa de mais sondagens. Neste contexto, defendi que o terreno da política feminista se deslocou para reavaliar a categoria “mulher” à luz da tese de interseccionalidade, como evidenciado pelas mudanças nas narrativas de vida das mesmas ativistas recontadas em diferentes pontos do tempo. Consequentemente, o meu trabalho mostra que a teoria da interseccionalidade se torna um recurso teórico crítico para compreender formas através das quais a “mulher” é reconstituída por meio de desigualdades graduais.

> O trabalho de narrativa e memória

Se os anos 1970 permitiram, às ativistas feministas, minimizar as diferenças decorrentes do seu estatuto específico de casta e marcar uma experiência feminina monolítica e universal, o contexto político atual e a forma como a questão das mulheres é reenquadrada influenciou estas ativistas a reconceitualizar e compreender o seu estatuto particular de casta e a sua relação com as instituições de família-casamento-companheirismo-sexualidade, e a refletir sobre a forma como estas moldaram as

suas experiências. Ativistas, incluindo aquelas politizadas nos anos 1970 e 1990, recordam os seus anos de infância e de formação através de novos prismas, fazendo, agora, sentido à sua vida como mulheres nascidas numa determinada casta e como este estatuto moldou as circunstâncias e oportunidades da vida. Mesmo as ativistas cujas ideologias tinham sugerido, anteriormente, que a casta deveria ser vista como uma categoria pré-moderna, e que a sua utilização na modernidade representava a política de identidade e era, portanto, divisória na criação de uma política feminista à escala nacional, estavam, agora, dispostas a recontar as suas vidas, tendo em conta as várias dimensões do sistema de castas-especialidade de gênero que define a interseccionalidade na Índia contemporânea. A história do eu era, agora, lembrada de novo em termos de socialização de castas mediada pelas instituições da família, casamento e parentesco. Utilizar narrativas de vida como método ajuda não só a reinterpretar memórias das suas realidades interseccionais vivas de estatuto social e privilégio, mas também ajuda a teorizar a interseccionalidade dentro do contexto indiano. No processo, é possível enquadrar novas teorias feministas sobre a versão indiana da interseccionalidade.

O método narrativo de vida, juntamente com estudos de memória, ajuda-nos, assim, a ver como as perspectivas contemporâneas no campo feminista influenciaram a reconstrução de um novo eu feminista-ativista; abrem, para elas e para os estudos feministas, questões de privilégio/subordinação através de várias hierarquias na Índia. Este método não só aponta para o significado da reflexividade feminista quando é utilizado para desafiar o discurso da “mulher”, como conceitualizado dentro de quadros hegemônicos coloniais, nacionais, ou feministas primitivos, mas também ajuda a trazer uma compreensão teórica de como compreender a interseccionalidade contemporânea. Além disso, este envolvimento metodológico permite-nos abrir e recontextualizar memórias individuais para compreender as mudanças na política coletiva e delinear possíveis caminhos. A teoria interseccional pode, então, ser percebida como o complexo posicionamento da gradação de grupos de castas/comunidades religiosas/comunidades linguísticas na sociedade indiana contemporânea. Claro que, dado que estas entrevistas foram realizadas no seio de uma comunidade linguística, a nossa hipótese permanece restrita a uma avaliação da interseccionalidade numa região. Mas, também abre para discussão as diferenças e interconexões entre tais hierarquias que existem no seio de outras comunidades linguísticas na Índia. Este projeto, portanto, não oferece um modelo para a compreensão de outros contextos regionais e políticos, mas, sim, uma forma de abordar estas questões. Esta história, que parte de um campo regional particular, tem muitas lições para a nossa compreensão da construção contemporânea da mulher na Índia. ■

Contato com Sneha Gole <gole.sneha@gmail.com>

> Campos tensionados: fazendo sociologia em lugares violentos

por Soibam Haripriya, pesquisadora independente, Índia



Placa perto de Karang, no distrito de Bishnupur, no estado de Manipur, em abril de 2011. Crédito: Soibam Haripriya.

Neste ensaio, reflito sobre como a sociologia/antropologia social deve examinar a violência gerada pelo Estado. A resistência ao projeto do Estado-nação indiano é um dos muitos conflitos que assolam o país. A região nordeste, constituída pelos estados de Arunachal Pradesh, Assam, Manipur, Meghalaya, Mizoram, Nagaland, Sikkim, e Tripura, partilha fronteiras internacionais com Myanmar, Butão, Bangladesh, China e Nepal. Esta região viveu as consequências do projeto de Estado-nação e tem sido marcada por conflitos armados como parte de movimentos de autodeterminação. Consequentemente, a Lei dos Poderes Especiais das Forças Armadas de 1958 (AFSPA) está operacional de uma forma ou de outra nos estados da região nordeste (exceto para Sikkim). Introduzida em 1958, nas Colinas de Assam, então Naga, a AFSPA faz parte do aparelho político-administrativo através do qual a região é governada. Os poderes especiais concedidos às forças armadas para matar por suspeita suspendem o direito à vida. Sem surpresas, a noção hegemônica da nação não é partilhada nesta região, onde a AFSPA

fomenta uma cultura de impunidade, redes de rumores, e de suspeita mútua.

Em Manipur, os grupos insurgentes aumentaram de quatro, no início, quando a AFSPA foi imposta, para mais de 32 grupos (excluindo vários grupos dispersos). Muitos trabalhos de investigação estabelecem que os anos de utilização dos militares para resolver questões políticas garantiram a impossibilidade de capturar a violência; marca todos os aspectos da vida de tal forma que se torna inútil atribuir as mortes como causadas pelo Estado ou pelo não-Estado. O Relatório Conjunto das Partes Interessadas da ONU e da Coligação da Sociedade Civil sobre Direitos Humanos (2016) revela que 50.000 soldados indianos estão destacados, em Manipur, para uma população inferior a 3 milhões de pessoas. O Instituto de Estudos e Análise da Defesa afirma que, entre 2000 e 2004, 450 civis foram mortos por militantes em Manipur. Tais estatísticas apresentam Manipur como um espaço onde o Estado-nação falhou em impor a ordem. O desafio reside em discernir este espaço tornado desordenado por leis/políticas estatais.

> Desafios para o etnógrafo

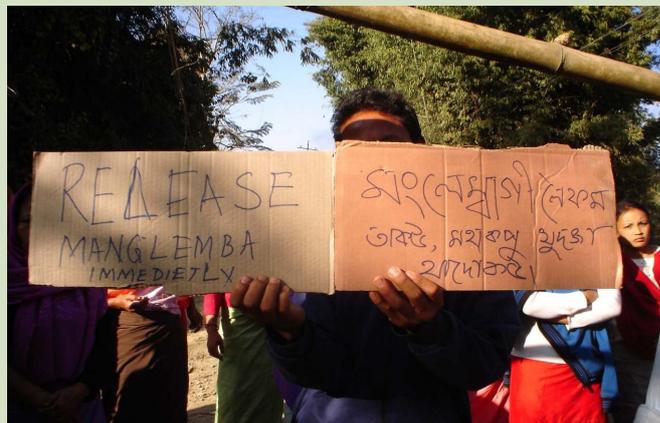
O trabalho de campo etnográfico é central para a disciplina, tal como ensinado no currículo na Índia, onde a distinção entre sociologia e antropologia social é difusa. No âmbito da escola de sociologia de M.N. Srinivas, o campo é acedido através da etnografia. O investigador participa na vida cotidiana para extrair os significados que as pessoas dão às suas vidas. Isto assume o campo como aquele “cenário natural” onde o investigador reivindica familiaridade como informante. A identidade de dentro/fora da região é ambígua (embora, de uma forma geral, na região nordeste, “outsider” refere-se àqueles que não pertencem a uma comunidade da região). Ser um membro da mesma comunidade étnica ou do Nordeste, de uma forma mais ampla, o faz, normalmente, um membro interno. Contudo, apesar de pertencer à mesma comunidade/região, ainda se pode ser considerado um forasteiro, com base em parentes ou filiações políticas.

Um dos meus objetivos de investigação, em Manipur, era compreender como as pessoas lidam com as mortes violentas e a cultura de medo que estas provocam. Sendo um Manipuri, fui considerado um iniciado; contudo, a

>>



Ações de protesto como esta são comuns.
Crédito: Soibam Haripriya, 2011.



Um protesto por um jovem capturado arbitrariamente pelo exército indiano em 2011. Crédito: Soibam Haripriya.

confiança/desconfiança tornou-se uma das questões centrais com que tive de lidar. Ao negociar a confiança, tive, primeiro, de repensar as terminologias empregadas no terreno. Termos tais como “informantes” e “colaboradores” são problemáticos de empregar. Escamotear termos que evocam significados pejorativos de serem agentes do aparelho militar do Estado é o primeiro passo para negociar a confiança. Em segundo lugar, existe uma resistência geral à investigação. Considera-se que os instrumentos de investigação não conseguem captar a historicidade da violência e acabam por reproduzir a representação etnográfica colonial das pessoas como inerentemente hostis e desconfiadas umas das outras e das pessoas fora da comunidade. Por um lado, a investigação “de fora” tem de incursão em campos como a questão da cumplicidade, mesmo que não se consinta ativamente no projeto de violência do Estado. Por outro lado, uma vez que o campo fomenta a suspeita mútua, o acesso ao campo é inevitavelmente mediado pela identidade de cada um. Como as condições atuais do social foram moldadas por anos de militarização, a adequação dos instrumentos e métodos precisa ser questionada. Em terceiro lugar, como investigador supostamente “infiltrado”, achei o acesso ao campo mais tenso à medida que as pessoas categorizam os parentes, amigos e instituições em termos de afinidade com o Estado ou com os não-estatais. A maioria das discussões sobre o campo e os métodos luta para discernir se os “informadores” estão dizendo a verdade. Contudo, em tais campos de pesquisa, o investigador está numa posição de olhar para trás; isto é, a questão da verdade, falsificação, e confiabilidade, geralmente aplicada ao campo, agora recai sobre o investigador.

> A necessidade de uma abordagem interdisciplinar

Para negociar o acesso e expandir o “campo”, adotei uma abordagem interdisciplinar, complementando narrativas de campo através da incorporação de poesia escrita entre 1980 e 2010. Em 1980, a AFSPA foi alargada a todo o Manipur. Utilizei a poesia do período para compreender

como a cultura do medo se reflete na poesia (outros artefatos culturais, tais como canções, ficção e novelas são também fontes viáveis que podem ser exploradas). Por exemplo, utilizei o poema satírico de Thangjam Ibopishak “I want to be killed by an Indian bullet”. Neste poema, cinco elementos – fogo, água, ar, terra, céu – vêm matar o poeta em sua casa, sem qualquer razão plausível para além da explicação de que a sua missão era matar homens. O poeta solicita-lhes que o matem com uma bala feita na Índia. Ele foge com a sua vida, uma vez que não lhe podem conceder o seu desejo. Analiso os cinco elementos como significando o anonimato dos esquadrões da morte (para reiterar, é impossível atribuir a violência ao Estado ou aos não-estatais) que recolhem as suas vítimas ou as abatem em suas próprias casas. A falta de uma razão plausível para matar implica que a morte ou ser poupado à própria vida (como no caso do poeta) são decisões absurdas e arbitrarias. O pedido do poeta é um escárnio do Estado-nação, cuja pretensão de conceder o direito constitucional à vida é oca; exprime raiva contra a militarização através da qual a violência se intromete no lar.

Tais poemas tornam as reflexões sobre a morte acessíveis num contexto em que as narrativas de campo podem ser uma ameaça à vida. Isto não significa que os antropólogos devam descartar a etnografia pela poesia; o que estou sugerindo são formas de investigar a violência na ausência de provas tangíveis. Os investigadores precisam ser cautelosos com o hibridismo metodológico; contudo, quando a própria etnografia foi reformulada como gênero literário, não há razão para não incorporar a poesia como um gênero que capta a experiência de violência que os relatos de campo “objetivos” não conseguem obter. A poesia resiste às rasuras, criando um conhecimento social que existe a par dos fatos do campo. A antropologia social precisa, assim, examinar os seus instrumentos de investigação, expandir as suas fontes e aprender com outras disciplinas para manter a sua criticidade em locais de violência estatal. ■

Contato com Soibam Haripriya <priya.soibam@gmail.com>

> Estigma e trabalho de casta na Índia urbana

por **Shireen Mirza**, Indraprastha Institute of Information Technology Delhi, Índia



Deonar é um subúrbio de Mumbai que ganhou destaque por ser o maior aterro sanitário da cidade. Crédito: Shireen Mirza.

Neste artigo defendo que, por um lado, a sociologia das identidades cria casta e religião como categorias sociais distintas pertencentes aos hindus e muçulmanos, respectivamente. Por outro lado, os sistemas do capitalismo e da urbanização confundem práticas que definem casta e religião através do trabalho estigmatizado e da segregação espacial. Neste contexto, centrar o estigma como categoria é importante porque permite estudar estruturas transversais e desfazer categorias disciplinadoras com as suas genealogias colonial-nacionalistas. O documento argumenta que precisamos de novas categorias para capturar realidades complexas e que, através da etnografia, podem ser forjadas categorias mais novas.

> A bifurcação discursiva da casta e da religião

A sociologia hegemônica da casta traça a ligação entre o trabalho estigmatizado e a casta à ideologia religiosa dos hindus, bem como às práticas sociais tradicionais hindus. A casta é vista a tirar a sua legitimidade de ideias como *carma* (força produzida pela própria ação), *dharma* (caminho da retidão), e *varna* (ordem), como pronunciado num antigo texto hinduísta chamado *Manusmriti*. Estas ideias são vistas como estruturantes de noções de pureza

e poluição, classificando ritualmente a sociedade indiana em quatro grupos sociais, bem como as castas intocáveis (*avarna*), localizadas fora da *varna*, que realizam trabalhos “poluentes”. As análises sociológicas, baseadas em discursos sobre a pureza de castas, foram desafiadas para reforçar os grupos de castas superiores como culturalmente superiores, permitindo, ainda mais, a sua acumulação de poder econômico e político. Uma compreensão discursiva da casta como sistema social hindu para a gestão da pureza ritual e da poluição também é limitada, porque não fornece um quadro útil para compreender as práticas espaciais contemporâneas de estigma e trabalho baseado na casta entre grupos religiosos.

Dentro da abordagem discursiva, tanto a casta como a religião são vistas como epistemologicamente bifurcadas, assim como diferentes reinos. Esta bifurcação epistêmica - de casta como uma categoria que é “interna” à nação e à sua política, e (religiosa) minoritária, como uma categoria que é “externa” e relacionada com uma ideologia islâmica intemporal ou adaptações a contextos sociais locais - emerge através de uma genealogia colonial-nacionalista. Dentro desta genealogia, “minoría”, como uma categoria, é sinónimo de religião como um domínio que emerge através da perda de casta. Na genealogia colonial-nacionalista, casta e religião são produzidas como domínios sociais que

>>

são conceitualmente diferentes em estatuto das categorias políticas e econômicas do trabalho, como classe e modos de produção. Esta bifurcação genealógica entre casta e religião, como categorias sociais incomensuráveis, é o resultado do empreendimento colonial de classificar a sociedade indiana em grupos religiosos distintos, tais como hindus, muçulmanos e cristãos; por isso, a teorização da casta e da religião permanece imune aos efeitos da urbanização capitalista. Na prática, porém, este binário não pode suportar, uma vez que grupos não hindus, incluindo cristãos e muçulmanos, são estigmatizados da mesma forma por realizarem trabalhos “poluentes”. O trabalho estigmatizado considera não só o indivíduo, mas também a comunidade - ele próprio - como ontologicamente impuro. Esta impureza ontológica é diferente da intocabilidade temporal disponível para castas “puras”, como os brâmanes, em que o estado de impureza é temporário e pode ser revertido através de purificação ritual.

A sociologia hegemônica é ainda mais limitada ao ser capaz de explicar as práticas contemporâneas de trabalho de casta, devido à sua presunção do modelo linear de mudança social implícito nas teorias da modernização. Isto é inútil, uma vez que o desenvolvimento econômico e social não transforma o sistema fechado de hierarquia num sistema aberto de estratificação social baseado na mobilidade individual. Em vez disso, a urbanização e a economia capitalista levaram à institucionalização da casta, particularmente no seio dos departamentos sanitários das cidades indianas.

> O trabalho estigmatizado e a anulação de categorias disciplinares

O departamento sanitário do município colonial de Mumbai, por exemplo, utilizou o termo vernáculo *kutchra* para se referir aos resíduos urbanos, em que o *kutchra* era visto como emergindo das condições tropicais locais e das áreas de favelas nativas que exigiam soluções nativas. Para além disso, adotou o termo persaciado *halalkhore* como o termo oficial para saneamento. *Halalkhore* refere-se a trabalhadores muçulmanos de casta inferior, para quem todos os alimentos eram lícitos. O departamento também recrutou castas hindus, budistas, cristãos, e muçulmanos, anteriormente “intocáveis”, cuja ocupação “tradicional” era vista como limpeza, varredura, abate de animais, e remoção de lixo. O recrutamento de castas, dentro do município, trançou as identidades das castas em trabalho sanitário com base na alegação de que a poluição está incorporada na identidade das castas, tornando o trabalho de casta diferente do trabalho assalariado, realizado como parte de uma transação econômica.

Em Deonar, o maior e mais antigo aterro sanitário da cidade de Mumbai, construído pelo Estado sanitário colonial em 1899, o trabalho informal de recolha de lixo é feito pela sub-casta Dalit Hindu Matang, bem como pelos muçulmanos Bihari Dalit. É difícil distinguir um catador de

lixo hindu Dalit pertencente à casta Matang de um catador de lixo Dalit muçulmano quando estão catando lixo no aterro de Deonar. Membros de ambas as comunidades regressam do aterro carregando sacos plásticos brancos, cheios de coberturas de polietileno, garrafas de vidro, sapatos descartados, e roupas nas costas. Cada pessoa transporta de quatro a cinco sacos daquilo a que se refere como *maal* (literalmente saque, também pode ser entendido como recurso), e uma foice de metal, chamada *akdi*, para escavar através das camadas de resíduos. Uma tocha é amarrada à cabeça, e meias descartadas são usadas sobre botas grossas para evitar serem picadas por seringas descartadas e vidro partido. Comum, aqui, é o trabalho com os excessos gerados pelas culturas capitalistas de acumulação e descarte, que produzem aterros sanitários como bairros segregados através da ideia de eliminação e repugnância para com o “mau” odor, bem como os excessos visuais.

A minha etnografia mostra que este modelo de urbanização coproduz noções combinadas de casta e religião. Isto pode ser visto nas histórias de construção de locais de Dalit e assentamentos muçulmanos em redor do aterro de Deonar, que foi planejado como uma faixa perigosa para a localização de indústrias “poluídas”. No plano diretor de 1947, por exemplo, a área é zonada como um *kutchrapatty* (cinturão de lixo), para o qual a população de Dalit e da classe trabalhadora muçulmana foi reassentada. Estigma, portanto, coproduz a urbanização capitalista de formas que reforçam as identidades transversais de casta e religião.

Entendo o estigma como uma experiência encarnada de desgosto e desconforto quando um objeto, pessoa, ou lugar é experimentado como perturbador. A casta pode ser vista como um subconjunto de práticas sociopolíticas de estigma que exprimem, simbolicamente, sistemas de ordem e classificação, definindo noções de poluição, contaminação e desordem. Isto sugere ligações entre casta e estigma – de forma a que a história venha a ser marcada no corpo. Significa ver a sujidade não como um objetivo, mas como uma categoria cultural, que é interpretada através de práticas de “outros” grupos raciais, étnicos, sexuais e religiosos minoritários, como parte de um meio sócio-político mais amplo.

O estigma, em primeiro plano, como um processo sócio-político, permite um quadro mais amplo que revoga as categorias disciplinadoras de casta e religião. Para o fazer, precisamos ir além das categorias de casta e religião, consideradas incomensuráveis, fundindo-as na ideia de trabalho estigmatizado como uma categoria transcendental e, no entanto, contingente, que não está divorciada do político. Isto suscita uma questão importante: a modernidade e a urbanização implicam uma universalização do estigma? ■

Contato com Shireen Mirza <shireen@iitd.ac.in>

> Lacunas de dados impedem a identificação e a prevenção do feminicídio

por **Myrna Dawson**, Centro para o Estudo de Respostas Sociais e Legais à Violência, Universidade de Guelph, Canadá, Observatório Canadense de Feminicídio para Justiça e Responsabilização, e membro do Grupo Temático da ISA sobre Violência e Sociedade (TG11) e dos Comitês de Pesquisa sobre Desvio e Controle Social (RC29) e Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32)

O fenômeno do feminicídio não é novo; no entanto, seu aumento dramático na atenção internacional é sem precedentes, particularmente durante a pandemia de Covid-19. Paralelamente a essa atenção estão as discussões globais sobre se usar o termo “feminicídio” para nomear o problema, como o feminicídio deve ser definido, se e como ele é distinto de outros homicídios, e como as diferenças podem ser operacionalizadas. Um passo fundamental na mudança das discussões é documentar sistematicamente como as mortes de mulheres são diferentes das mortes de homens – para identificar motivos/indicadores relacionados ao sexo/gênero (SGRMI) específicos ao feminicídio. Os SGRMIs identificam como a violência pode resultar de atitudes misóginas dos perpetradores que aderem às normas percebidas sobre as mulheres, incluindo sua subordinação como propriedade de ou objetos a serem usados por homens, e a discriminação, os estereótipos e preconceitos relacionados que acompanham tais atitudes.

> Definindo e identificando o feminicídio

Duas abordagens para definir o feminicídio são “todas as mortes de mulheres e meninas” ou “feminicídio parceiro íntimo” capturando mulheres mortas por parceiros atuais/antigos do sexo masculino. Essas abordagens permitem fácil identificação, mas são criticadas por serem muito simplistas, considerando apenas a relação sexo/gênero e/ou vítima-perpetrador para entender um fenômeno complexo. Para identificar fatores adicionais que distinguem os homicídios femininos e masculinos, comparamos o homicídio do agressor/vítima feminina, que mais se alinha com o feminicídio, a outras combinações sexo/gênero.

Descobrimos que os SGRMIs eram mais comuns em assassinatos entre homens e mulheres em comparação com outros homicídios, o que significa que os feminicídios são distintos, além de sexo/gênero ou relacionamento, pelo menos no contexto canadense. Características mais comuns do pré-incidente incluíram contato policial prévio, separação em curso/real, ameaças prévias contra vítimas,

relações íntimas/familiares e premeditação. Os fatores de incidentes mais comuns incluíram motivos feminicidas (por exemplo, ciúmes), violência sexual, mutilação, força excessiva e vítimas deixadas nuas/parcialmente nuas. O número médio de SGRMIs foi significativamente maior, em média, em assassinatos entre homens e mulheres.

> Lacunas significativas de dados

Os dados eram frequentemente ausentes para variáveis-chave, o que impediu conclusões mais concretas e reduziu o potencial para pesquisas voltadas a informar para a prevenção. Enquanto informações estavam disponíveis para alguns casos, a consistência foi fraca para a amostra total e entre as combinações sexo/gênero. Para homicídio do sexo masculino, os dados ausentes variaram de um mínimo de 3% para a idade da vítima para um máximo de 96% para o histórico de abuso infantil. Eram esperadas informações mínimas para algumas variáveis, mas não para os SGRMIs, dada a sua relevância para o feminicídio. Por exemplo, apesar da separação ser um fator de risco bem documentado, faltavam informações em 66% dos casos. Além disso, a violência sexual estava faltando em mais assassinatos entre homens e mulheres do que outras combinações, apesar de sua maior probabilidade no primeiro. Os dados ausentes foram menores para indicadores de incidentes em comparação com indicadores pré-incidente.

Concluimos que é importante usar o “feminicídio” para nomear e distinguir assassinatos relacionados ao sexo/gênero de mulheres e meninas – razão pela qual usamos #CallItFemicide em nossos esforços de pesquisa, educação e conscientização. Não podemos resolver um problema social se não o reconhecermos pelo que é e nomeá-lo; no entanto, também argumentamos que precisamos identificar elementos baseados em sexo/gênero e mensurá-los consistentemente. Poucos estudos empíricos demonstram isso claramente por causa da escassez de dados confiáveis. Nossa pesquisa foi única por seu foco original e contínuo em feminicídio e triangulação de informações de múltiplas fontes de dados oficiais/não oficiais. Assim, as implicações mais amplas das lacunas de



“o foco investigativo – conforme representado pelos dados disponíveis – permanece em incidentes e não em contextos de relacionamento e circunstâncias adjacentes importantes para a compreensão do feminicídio”

dados identificadas são ainda mais preocupantes: dados que podem melhorar o desenvolvimento de iniciativas de prevenção informadas voltadas ao feminicídio e violência contra mulheres e meninas em geral, não estão sendo coletados rotineiramente pelos Estados ou seus representantes. Esses vieses de dados estão colocando em risco a vida de mulheres e meninas, ressaltando a prioridade urgente de enfatizar a prevenção como prioridade de coleta de dados, em vez de simplesmente necessidades administrativas. A reconceitualização da coleta de dados como uma ferramenta de prevenção deve começar no ponto de investigações policiais que alimentarão dados de nível agregado melhores, mas isso requer colaborações fortes e sustentáveis entre pesquisas, comunidades e governo.

A lei e os órgãos do governo não estão no negócio de realizar pesquisas; no entanto, eles podem aprender com aqueles que estão, e facilitar dados baseados em evidências 1) coletando informações mais apropriadas; e 2) ao tornar os dados acessíveis aos pesquisadores que desempenham um papel crucial na compreensão de como prevenir e responder à violência. Apesar dos esforços, os dados permanecem difíceis de acessar e coletar local e globalmente, especialmente em algumas regiões mundiais (por exemplo, África do Sul, América Latina) e para alguns grupos de mulheres e meninas (por exemplo, indígenas, imigrantes e refugiados, mulheres que vivem em regiões rurais e remotas, mulheres com deficiência). Para muitos países, a coleta básica de dados continua sendo o melhor cenário. Por que quando os dados são importantes para prevenir o feminicídio e a violência masculina contra mulheres e meninas em geral, eles não são coletados sistematicamente e rotineiramente?

> “Patriarcado público” e coleta de dados

Argumentamos que um dos principais contribuintes é o impacto histórico e contínuo das estruturas sociais patriarcais, incluindo o papel dos tomadores de decisão

históricos e contemporâneos para os quais a coleta desses dados não é vista como prioridade. Esses tomadores de decisão continuam a agir como guardiões desses dados, decidindo quem terá acesso e como os dados serão usados. Por exemplo, o sistema de justiça criminal é uma instituição patriarcal, tradicionalmente masculina; o registro de dados para investigações policiais e processos irão refletir esse fato. Apesar da pesquisa feminista demonstrar importância na compreensão das relações entre vítimas e agressores no feminicídio, nosso estudo mostrou que o foco investigativo – conforme representado pelos dados disponíveis – permanece em incidentes e não em contextos de relacionamento e circunstâncias adjacentes importantes para a compreensão do feminicídio.

Os impactos contínuos desse “patriarcado público” e decisões relacionadas produzem vieses de dados sexuais/de gênero que, pretendidos ou não, colocam mulheres e meninas em risco porque os dados foram baseados ou gerados para e por homens. Instrumentos de coleta de dados inicialmente projetados para capturar casos de homicídio masculino impedem a coleta de dados importantes para prevenir a violência masculina contra mulheres e meninas. Se não podemos documentar o feminicídio de forma confiável, qual é a esperança de documentar outras formas de violência masculina contra mulheres e meninas? Não podemos fazê-lo até que haja o reconhecimento estatal e público do feminicídio como fenômeno digno de exame. Isso requer desafiar a hierarquia entrenchada de “sujeitos dignos”, o que muitas vezes deixa a vitimização de mulheres e meninas invisíveis e alguns grupos de mulheres e meninas especificamente. ■

Contato com Myrna Dawson <mdawson@uoguelph.ca>

Leitura posterior:
Um recente texto mais longo da autora sobre este tema está disponível em inglês [aqui](#) e francês [aqui](#).

> Racismo e anti-ambientalismo na política dos EUA

por **Ian Carrillo**, Universidade de Oklahoma, EUA, e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Economia e Sociedade (RCO2)



Cidade que vive à sombra da Usina de Carvão John E. Amos em Poca, West Virginia. Crédito: Wigwam Jones, CC BY-NC-ND 2.0.

Nos Estados Unidos, o racismo e a supremacia branca continuam a ser obstáculos centrais para resolver problemas de ação coletiva, com a injustiça ambiental e as mudanças climáticas entre as crises mais urgentes que ameaçam o bem-estar da sociedade. No meu artigo [“The Racial Fix and Environmental State Formation”](#), publicado recentemente na *Current Sociology*, eu trabalho a relação entre racismo e antiambientalismo na economia política dos EUA. Eu argumento que a política racial é central para a economia política na qual a política ambiental é feita.

Unir o racismo e o antiambientalismo nesta economia política é o que chamo de “correção racial”, que se refere à ideia de que raça e racismo são mecanismos para contornar forças que podem retardar ou reverter a destruição ecológica. Em particular, as elites da indústria e do governo usam o racismo para semear divisões sociais e minar qualquer mobilização coletiva que ameace sua busca pelo poder e lucro.

> As dimensões espaciais da correção racial

Nos EUA, a correção racial opera de três maneiras principais. A primeira é espacial, na relação entre raça e espaço determinando quais populações são destinadas a suportar encargos ambientais. As questões de como a raça influencia quem chega a povoar os EUA e onde as pessoas vivem nos EUA são fundamentais. As políticas de imigração historicamente favoreceram as populações europeias e deliberadamente procuraram alcançar uma maioria branca permanente nos EUA. A segregação racial histórica e contemporânea nas áreas urbana, suburbana e rural significa que os padrões residenciais têm sido e continuam a ser racializados.

O racismo que molda a segregação residencial e a imigração tem implicações para a justiça ambiental. Comunidades segregadas de cor tornam-se locais para armazenamento de resíduos indesejados e outras atividades perigosas, já que as populações de maioria branca desfrutam de comodidades ambientais mais limpas. Enquanto isso, o majoritarismo branco impede que as comunidades de cor usem meios democráticos para enfrentar problemas ambientais.



> A correção racial como política

A segunda característica da correção racial é política. Nos EUA, as instituições democráticas aproveitam as populações brancas e desfavorecem as populações de cor. Isso se deve ao emaranhado de longa data do racismo no desenvolvimento político dos EUA e às mudanças contemporâneas na política dos EUA. Por exemplo, o Colégio Eleitoral – cujos membros elegem o presidente – foi fundado para proteger os interesses da indústria escravizada e escrava e restringir a participação democrática popular. Os EUA só se tornaram uma democracia racialmente inclusiva em 1965, mas desde então políticos racistas têm buscado constantemente limitar os direitos políticos das pessoas de cor. Esses políticos empurram políticas de encarceramento em massa que aprisionam e privam as pessoas de cor, ao mesmo tempo em que aprovam leis de supressão de eleitores baseadas no mito racista de que pessoas de cor e imigrantes se envolvem em fraude eleitoral. Em um nível estrutural, as instituições políticas ainda têm um viés pró-branco. As preferências políticas dos eleitores brancos (especialmente rurais) estão super-representadas na Câmara dos Deputados, no Senado, no Colégio Eleitoral e no Supremo Tribunal Federal – cujos juízes são nomeados pelos senadores e pelo presidente. As consequências dessas vantagens estruturais brancas tornaram-se flagrantemente claras: a Suprema Corte recentemente estripou a Lei dos Direitos de Voto de 1965, os distritos do Congresso são cada vez mais atraídos para inclinar o campo de jogo em favor dos eleitores brancos conservadores, e o Congresso tem lutado para neutralizar tendências antidemocráticas nas legislaturas estaduais.

O aspecto político da correção racial é crítico para a política ambiental, uma vez que a maioria dos políticos racistas *também* tem visões antiambientais. Nesse ponto de vista, o racismo é uma ferramenta para bloquear a criação de bens públicos, como um ambiente equitativo e estável. Isso é semelhante à política do “apito de cachorro”, onde os políticos usam linguagem codificada racialmente para demonizar pessoas de cor e para deslegitimar programas governamentais. Enquanto a política do apito de cães inicialmente se concentrava em políticas de bem-estar, esse enquadramento racial foi eventualmente estendido para a esfera da formulação de políticas ambientais. Desta forma, o ressentimento racial e a hostilidade à proteção ambiental se sobrepuseram nas atitudes de políticos e juízes conservadores, bem como dos eleitores brancos conservadores cujas opiniões são estruturalmente super-representadas na política dos EUA.

> Política de identidade racial e psicologia individual

A terceira característica da correção racial envolve a relação entre a política de identidade racial e a psicologia individual. Essa relação é crucial para moldar as percepções públicas dos programas governamentais de proteção ambiental e climática. Várias tendências nas últimas duas décadas fortaleceram a associação entre a política de identidade branca e atitudes antiambientais. Primeiro, após a eleição de Barack Obama em 2008, líderes conservadores e políticos trabalharam para deslegitimar as políticas de Obama, marcando-o como um “outro” etno-racial, religioso e estrangeiro. Esses esforços racialmente prepararam os eleitores brancos para não apenas rejeitarem a Lei de Saúde Acessível, mas também o Acordo Climático de Paris e a Agência de Proteção Ambiental de forma mais ampla. Em segundo lugar, os líderes conservadores estimularam a ansiedade racial branca relacionada à mudança das tendências demográficas, com os brancos projetados para não ser mais a maioria da população. Essa ameaça racial reforçou ainda mais as ligações entre a política de identidade branca e as atitudes antiambientais. Por exemplo, políticos antiambientais proeminentes, como Donald Trump, ganharam cargos políticos abandonando as chamadas do nativismo, racismo e temores de “substituição branca”. Esses esforços racistas apelam profundamente para basear emoções em torno do medo e da ameaça do grupo, ligando assim a psicologia individual a uma economia política orientada a não resolver problemas ambientais e climáticos.

No centro desta economia política estão elites da indústria e do governo que usam raça e racismo para impedir qualquer ação coletiva que possa gerar proteção ambiental e climática. Esta estratégia de elite tem uma longa história nos EUA. Por exemplo, após a Rebelião de Bacon – uma revolta multirracial de 1676 – as elites promulgaram leis raciais que dividiam os trabalhadores brancos e negros, criando assim obstáculos para futuras solidariedades trabalhistas interraciais. As elites, infelizmente, ainda usam esta cartilha de dividir e conquistar hoje, a serviço de perpetuar injustiças ambientais e climáticas. Como projetos de elite passados que destruíram bens públicos, esses esforços prejudicam as pessoas de cor primeiro e de modo mais grave, mas eventualmente também prejudicam a vida dos brancos. A desestabilização planetária causada pela injustiça ambiental e pelas mudanças climáticas exemplifica como a supremacia branca mina suas condições materiais e canibaliza seus próprios apoiadores. Para preservar um ambiente estável e clima para as gerações futuras, é necessário neutralizar a correção racial, reparar e restaurar comunidades de cor lesadas, e instituir programas climáticos e ambientais robustos fundamentados na justiça racial e de classe. ■

Contato com Ian Carrillo <icarrillo@ou.edu>